

ATA Nº 7

5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022

27 DE DEZEMBRO DE 2022

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, na Associação Filarmónica Cultural e Recreativa Santa Barbara da Fonte do Bastardo, sito à Rua do Pico, freguesia da Fonte do Bastardo, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na quinta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e dois. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----
-----Paulo Manuel Martins Luís - PPD/PSD, Filipe Alexandre Ávila Aguiar - PPD/PSD em substituição de Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Silvestre Miguel Simões da Rocha - PPD/PSD em substituição de Graça das Mercês da Silva Brum Pereira - PPD/PSD, João Paulo Rocha Ávila - PPD/PSD, Diana Maria Nunes Simões - CDS-PP, Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD, Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira - PPD/PSD, Valdemar Manuel Dias Toste - CDS-PP, Maria de Fátima Alves Homem - PS, Simão Pedro Meneses Fonseca - PS em substituição de Eulália Ferreira Toste Leal - PS, Ricardo António Ferraz da Rosa - PS em substituição de Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS, Valter Manuel Linhares Peres - PS, Carina Marlene Pires Dias - PS, Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca - PS em substituição de Agostinho Toste Simões - PS, Daniela Leal de Andrade - PS, José Adriano Meneses Laranjo - PS, Daniela Filipa Arruda Medeiros - PS em substituição de José Manuel de Aguiar Paim - PS, Rita Lemos Borges Bettencourt - GCE, Bruno Manuel de Aguiar Borges - GCE, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Carlos Alberto da Silva Costa em substituição de Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes - Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz, Marco Aurélio Ferreira Toste - Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----
----- Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira - PPD/PSD, Eulália Ferreira Toste Leal - PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS, Agostinho Toste Simões - PS, José Manuel de Aguiar Paim - PS e

Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas.-----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros:-----

----- Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PPD/PSD, Eulália Ferreira Toste Leal – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, Agostinho Toste Simões – PS, José Manuel de Aguiar Paim – PS e Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas. -----

----- Para além da Sra. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Ricky Joe Baptista, Bruno César Félix Nogueira, Otilia Maria de Sousa Martins, Marco Euclides Lemos Martins, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira e Berto José Branco Messias. -----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, os seguintes membros da Câmara Municipal: -----

----- Paula Cristina Borges de Sousa, Pedro Jorge Mendes Machado, Nuno Miguel Leal Ribeiro e Leila Meneses Dinis. -----

----- **O Sr. Presidente da Mesa** informou que, pelo facto de faltar o 1.º secretário, e como previa o regimento, este era substituído pelo 2.º secretário, tinha que ser eleito um membro da Assembleia para integrar a Mesa para que os trabalhos prosseguissem. O Sr. Presidente da Mesa questionou os Membros da Assembleia se alguém propunha candidatar-se ao lugar de 2.º Secretário. O Grupo do Partido Social Democrata propôs o nome de Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira. Como não houve mais nenhum membro que se apresentasse a sufrágio, procedeu-se à eleição por escrutínio secreto. Feita a contagem, verificou-se que tinham dado entrada trinta e um boletins de voto na urna, tantos quantos os membros presentes na Assembleia nessa altura, tendo pois, o referido membro, sido eleito por unanimidade, tomando desde logo o seu lugar na Mesa. -----

----- **ATA DA REUNIÃO DE TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS – QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA:** -----

----- Submetida a votação, a Ata foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, doze do PPD/PSD, três do CDS-PP, treze do PS e dois do GCE e duas abstenções, uma do PPD/PSD e uma do PS. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Foram apresentados os seguintes votos: -----

----- Pelo Grupo do PPD/PSD e CDS/PP: -----

----- Voto de Louvor, a Alexandra Lima Félix, pelo segundo prémio no reputado *London Internacional Music Competition*, na categoria *Youth I*, lido pelo Deputado Filipe Ávila. -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto apresentado. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PPD/PSD e CDS/PP: -----

----- Voto de Louvor, a Gualter Miguel Ávila da Silva, pelo segundo prémio do X Concurso Nacional de Composição pela Banda Sinfónica Portuguesa, lido pelo Deputado Filipe Rocha. -----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto apresentado. -----

----- **A Deputada Rita Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PPD/PSD e CDS/PP: -----

----- Voto de Louvor, à Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo e à Câmara Municipal da Praia da Vitória, pela obra de requalificação do Pavilhão Municipal Vitalino Fagundes, lido pelo Deputado João Paulo Ávila. -----

----- **O Deputado John Borges** informou que, por ser Presidente da Junta de Freguesia em causa, não iria fazer parte da respetiva votação. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto. -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto apresentado. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PPD/PSD, CDS/PP, PS e GCE: -----

----- Voto de Pesar, pelo falecimento de Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro, lido pelo Presidente da Mesa. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Homem** acrescentou ao teor do voto a dedicação, sobretudo, aos praienses e à causa pública que se havia refletido em todos os cargos políticos e partidários que tinha ocupado, bem como o seu vasto contributo à causa social e comunitária da Praia. Concluiu dizendo que, o Dr. Alvarino Pinheiro, sempre tinha trabalhado em prol do desenvolvimento da Terceira e do Arquipélago, pelo que seria lembrado para sempre. -----

-----**A Deputada Rita Borges** interveio e disse que o GCE lamentava que o voto em causa não tivesse sido introduzido na ordem de trabalhos, contudo, agradeciam o facto de ter sido elaborado por todos os grupos municipais. -----

-----**O Presidente da Mesa** informou que o pedido acima referido tinha sido indeferido, uma vez que o assunto em causa não fazia parte das competências da Assembleia para figurar na ordem do dia. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

-----**Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo de Cidadãos Eleitores – Esta é a Nossa Praia:-----

----- Voto de Congratulação, à Sociedade Filarmónica Progresso Lajense, pelos seus setenta e cinco anos, lido pelo Deputado Bruno Borges.-----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, à Sociedade Filarmónica Progresso Lajense, pelos seus setenta e cinco anos, lido pela Deputada Maria de Fátima Homem. -----

----- Pelo Grupo do PPD/PSD e CDS/PP:-----

----- Voto de Congratulação, à Sociedade Filarmónica Progresso Lajense, pelos seus setenta e cinco anos, lido pelo Deputado César Toste. -----

----- (Texto integral, dos votos, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

-----**Submetidos à votação, os votos, foram aprovados por unanimidade.**-----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Sport Clube Praiense, pelos seus setenta e cinco anos, lido pelo Deputado José Laranjo. -----

----- Pelo Grupo de Cidadãos Eleitores – Esta é a Nossa Praia:-----

----- Voto de Congratulação, ao Sport Clube Praiense, pelos seus setenta e cinco anos, lido pela Deputada Rita Borges. -----

-----**O Deputado João Paulo Ávila** usou da palavra e disse que a bancada do PPD/PSD se associava ao voto. -----

----- (Texto integral, dos votos, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

-----**Submetidos à votação, os votos, foram aprovados por unanimidade.**-----

----- Pelo Grupo do PPD/PSD e CDS-PP:-----

----- Voto de Louvor, à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, pela conquista da Supertaça de Voleibol Masculino, lido pelo Deputado John Borges.-----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, pela conquista da Supertaça de Voleibol Masculino 2022, lido pelo Deputada Daniela Andrade.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto.-----

----- (Texto integral, dos votos, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetidos à votação, os votos, foram aprovados por unanimidade.**-----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, a Tiago Furtado, pela conquista do título de Campeão Mundial de Kickboxing da ISKA, na disciplina de +80kg, júnior – K1-sparring, lido pela Deputada Daniela Andrade. -----

----- Pelo Grupo do PPD/PSD e CDS-PP:-----

----- Voto de Congratulação, ao jovem atleta lajense Tiago Furtado, pela conquista do título de Campeão do Mundo de K1-SPARRING + 80 kg, lido pelo Deputado César Toste.- -----

----- **A Deputada Rita Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto.-----

----- (Texto integral, dos votos, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetidos à votação, os votos, foram aprovados por unanimidade.**-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas dez horas e cinquenta e cinco minutos iniciou-se o período da Ordem do Dia.-----

----- **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

----- **O Sr. Raúl António de Barcelos Tanger Correia**, morada não oficial Rua dos Boiões, nº 65, freguesia de Biscoitos, interveio sobre o assunto IMI. Começou por dizer que era frontalmente contra o IMI. Relativamente à proposta constante no ponto oito da ordem de trabalhos daquela sessão, disse que a considerava um erro, que todos sabiam a época que se estava a atravessar por isso, atirar mais algumas achas para a fogueira não era positivo e em termos políticos seria um tiro no pé. Posto isso, disse que, em consciência de cidadão, gostaria de sensibilizar o executivo para aquela problemática e que não houvesse mais ónus de culpa de gestões públicas para o vulgar cidadão.-----

----- **2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 13 DE SETEMBRO A 9 DE DEZEMBRO DE 2022.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Filipe Rocha** questionou qual a parte que cabia à Câmara das obras decorrentes das anteriores legislaturas e se tinham sido aprovisionadas verbas para garantir o pagamento das mesmas. -----

----- **O Deputado Valter Peres** questionou o porquê de, à exceção do desfile de Natal, não se ter realizado qualquer tipo de atividade que trouxesse mais clima natalício à cidade. -----

----- **A Deputada Rita Borges** congratulou os trabalhadores da Cooperativa Praia Cultural, pelo trabalho desenvolvido na preparação das festividades de Natal. De seguida, deu os parabéns às juntas de freguesia pelas atividades/eventos de Natal desenvolvidos e disse que o GCE lamentava que a Câmara não tivesse tido a mesma imaginação, no sentido de promover mais atividades/eventos que pudessem ter sido feitos sem grandes custos. Concluiu questionando o porquê de isso não ter acontecido. --

----- **O Deputado Marco Toste** interveio para, em nome dos pais, transmitir algumas considerações/preocupações sobre o funcionamento do ATL da freguesia de São Brás, nomeadamente: -----

----- 1ª Questão – o número de auxiliares que estavam afetas ao mesmo, pois sendo apenas duas, tornava a situação preocupante nos períodos de férias ou até mesmo em casos de problemas de saúde de alguma delas; -----

----- 2ª Questão – relativamente às situações em que as escolas eram obrigadas a fechar, o que acontecia duas a três vezes por ano, disse achar que se devia dar apoio aos pais, até porque as auxiliares já estavam ao serviço, nem tinham que realizar trabalho extraordinário; -----

----- 3ª Questão – em relação ao acompanhamento aos miúdos disse que existia uma coordenadora geral/educadora de infância quer fazia o acompanhamento das crianças de toda a rede de ATL's, o que por si só já era um grande trabalho, mas os pais achavam que esse mesmo acompanhamento deveria ser mais frequente. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu, ao Deputado Filipe Rocha, dizendo que existiam obras que estavam a ser efetuadas ao abrigo de candidaturas que não contemplavam o valor a cem por cento. Relativamente ao edifício dos Paços do Concelho e à Praceta, disse que eram as únicas obras candidatas ao PO 2020, por isso, tinham optado por dar início às mesmas para que não se perdesse a oportunidade de receber os respetivos fundos, mas cabia ao município assumir quinze por cento do valor. Informou que, embora a referida percentagem estivesse inscrita em orçamento, o mesmo não acontecia com as revisões de preços que lhes chegavam, tal como chegavam revisões de preços referentes a outras obras. -----

----- **Ainda a Presidente da Câmara Municipal** e relativamente às atividades de Natal, disse que tinham perspetivado as mesmas com orçamentos e com um alinhamento à semelhança dos anos anteriores, mas o que era certo era que nada se fazia sem investimento e a redução de toda a atividade devia-se à dificuldade de tesouraria que o município vivia. Informou que, durante os meses de novembro e dezembro não tinham pago a fornecedores, mas os funcionários tinham recebido os respetivos vencimentos, bem como os subsídios de Natal, ou seja, aquela tinha sido uma escolha responsável. -----

----- Respondendo ao Deputado Marco Toste, **a Presidente da Câmara Municipal** disse que: -----

----- 1ª Questão – aquela situação já havia sido exposta e tinham noção do constrangimento de, na falta de uma auxiliar, lidar com dezanove crianças, mas não podiam contratar mais pessoal, nem dar indicação a qualquer funcionário que fosse assumir aquelas funções, pois estas eram muito específicas e não podiam ser assumidas por qualquer pessoa. Informou que, após averiguação da disponibilidade de alguém com competência para tal, se tinha verificado que o mesmo não era possível e, a par disso, as duas auxiliares em causa já trabalhavam no grupo há muito tempo, tinham uma grande cumplicidade com as crianças, por isso, entendiam que as coisas tinham corrido dentro do melhor. -----

----- 2ª Questão – um horário completo obrigaria a uma rotatividade com mais funcionários e o que acontecia por não terem mais uma pessoa para a rotatividade das férias, obviamente que era o mesmo em tempo de greve. Acrescentou que, aquela situação se verificava em todos os ATL's, eram precisas mais pessoas para fazer essa rotatividade, pois ninguém podia assumir um horário completo a lidar com crianças. Referiu, ainda, que as situações de greve existiam para causar algum impacto e isso só acontecia se não houvesse cedência da parte da Câmara, sendo que havia ainda a questão das refeições, ou seja, se as escolas abriam para fornecer as mesmas, pelo que não podiam assumir um serviço em que não tinham capacidade de resposta a cem por cento. Posto isso, deixou a questão se os pais estavam preparados para assumir a referida situação. -----

----- 3ª Questão – no corrente ano se tinha conseguido criar um plano curricular transversal a todos os ATL's que, da parte da coordenação, vinha a funcionar muito bem, no entanto acreditava que gostariam de uma maior presença, por isso, levava isso mesmo como uma recomendação. Por fim, enalteceu a primeira festa de Natal realizada pelos ATL's do concelho e agradeceu a todos os envolvidos na mesma. -----

----- **O Deputado José Laranjo** iniciou a sua intervenção dizendo que, no próximo dia trinta fazia um ano desde a primeira sessão ordinária da Assembleia e que, nesse período, o que tinham assistido, por parte da Sra. Presidente de Câmara, eram apenas lamentações. Referiu que, a Sra. Presidente, quando aceitou candidatar-se ao cargo que ocupava, já sabia da dívida da Câmara Municipal, pois qualquer cidadão tinha esse direito e essa facilidade, ou seja, não podia dizer que tinha sido um tiro no escuro. Acrescentou, ainda, que era importante esclarecer que acima do executivo camarário ou dos gestores de qualquer uma empresa estavam os TOC – técnicos oficiais de contas e, no caso da Câmara, os ROC – revisores oficiais de contas, para que houvesse o devido controlo às contas destas, passando estes a ser os primeiros responsáveis pelas referidas contas, por isso, nada era assinado sem que estivesse em conformidade. Posto isso, disse bastar de sacudir a água do capote e de imputar responsabilidades só a quem já tinha passado. Quanto à opção de ter pago os vencimentos dos funcionários e deixar o resto de lado, convinha lembrar que estes eram pagos pelo Orçamento de Estado. Acrescentou que, era curioso verificar que aquando da inauguração do passeio pedonal – Riviera/Praia da Vitória e da obra de requalificação da escola do Cabo da Praia eram obras estruturantes, mas em tempos não o eram, por isso, era fundamental se perceber se afinal eram ou não importantes, tinha que haver coerência. Relembrou que, no final do

anterior mandato tinha sido contraído um empréstimo no valor de dois milhões de euros, tendo o mesmo sido visado pelo Tribunal de Contas e se assim tinha sido era porque havia capacidade para tal. Concluiu dizendo que, era imperativo que tinham que optar, sendo certo que havia opções do atual executivo que não as tinham tomado.-----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** interveio e disse que vinha notando que havia um grande desinvestimento, por parte da Câmara, na área social e que este era transversal a tudo o que aquela área deveria cobrir. Relativamente à rede de ATL's do município, questionou desde quando é que uma educadora se podia fazer substituir por auxiliares e estar a responsabilizar estas por um trabalho que nem lhes competia era terrível, mas ter crianças a serem orientadas por auxiliares, ainda era pior. De seguida, questionou o que a Câmara vinha fazendo com a população sénior do concelho. Por fim, questionou a Sra. Presidente se o projeto desta era terminar com a área em questão, ou se havia algum plano de intervenção, sem muitos custos, para a mesma. Questionou, relativamente às prioridades, se a obra da rotunda à entrada da Praia era uma prioridade, pois tinha havido dinheiro para a mesma. -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que, quanto à dramatização da Sra. Presidente sobre os ordenados dos funcionários da Câmara, já tinha ficado claro que estes eram pagos pelo Orçamento do Estado. Quanto à Academia, era importante perceber que o dinheiro estava transferido e mais à frente falariam de uma verba descabimentada por não ter sido usada. Disse que havia uma falta de pro-atividade, de rumo e um desrespeito para com a cidade em tempos de Natal, pois esta tinha ficado ao abandono. Disse que, não tinha havido um aproveitamento do que de bom havia, como por exemplo, da excelente equipa da Praia Cultural que com pouco investimento tinham a capacidade de fazer um bom trabalho, mas validar isso era uma marcha atrás, era ir contra. Concluiu dizendo que, não tinham permitido que equipa da Praia Cultural provasse o seu valor, não permitiram apoio aos empresários, não permitiram calor natalício à cidade e não permitiram que as entidades culturais ajudassem e participassem nas festividades. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** interveio e disse que, não podia deixar que se prosseguisse a falar de que o Orçamento de Estado é que pagava todos os vencimentos da esfera camarária, pois este só pagava a Câmara, tudo o resto não o era e aí estava o grande problema. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu, ao Deputado José Laranjo, dizendo que, num momento como aquele que estavam a passar, não era possível não falar no passado, pois este estava colado ao presente e ao futuro. Quanto a lamentações, disse que ia lamentar muito, e a bancada do PS certamente também ia, tudo o que se havia feito para se chegar àquele ponto, bem como era lamentável o facto de não se assumir isso. Relativamente ao conhecimento da dívida Camararia, informou que sabia da mesma, mas tinha algumas dúvidas, por isso, tinham cumprido a promessa de ser feita uma auditoria às contas do município, ficando estas claras porque até ali havia algumas confusões, como por exemplo, a origem dos vencimentos dos funcionários da Câmara, ou seja, havia horas em que dava jeito falar no grupo municipal e outras que dava mais jeito falar da Câmara, porque esta tinha possibilidade de fazer uma coisa, mas

quando se falava no grupo todo já se tinha que falar de outra maneira. Esclareceu que nunca tinha dito que as obras não eram estruturantes e a única preocupação que tinha manifestado, tinha sido com os valores que as mesmas acarretavam e que os valores que deveriam estar na Câmara para assumir os respetivos pagamentos, não estavam, o que trazia demasiados constrangimentos, tal como as respetivas revisões de preços inesperadas. Acrescentou que era necessário optar, sempre o tinha sido, por isso mesmo tinham decidido avançar com obras sem que as mesmas fossem alvo de candidaturas, sendo suportadas a cem por cento pela Câmara, sabendo o estado frágil da mesma. -----

----- **Ainda a Presidente da Câmara Municipal** respondeu, à Deputada Maria de Fátima Homem, dizendo que se a mesma leu o Relatório de Atividades, certamente tinha lido as atividades que estavam a ser desenvolvidas. Relativamente à obra da rotunda, respondeu que a mesma não era importante, mas havia pessoas que valorizavam e muito a forma como aquele trabalho tinha sido desenvolvido, pois este tinha sido projetado e realizado pelos funcionários camarários e tinham utilizado um painel que estava guardado na Câmara há anos, ou seja, tinham utilizado os recursos e o material de casa, para que quem entrasse na cidade soubesse que era a cidade de Nemésio. -----

----- Respondendo ao Deputado Valter Peres, **a Presidente da Câmara Municipal** disse que estava ali para apresentar a realidade e não para desrespeitar a pessoas. Relembrou que já tinha dito o porquê de não se ter vivido e investido no Natal da forma como gostariam. Relativamente ao Cantar dos Reis, informou que devido ao que estavam a viver e mediante a contenção que tinha que ser feita até ao final do ano, porque eram demasiados os constrangimentos, fazê-lo sem nenhum investimento não era possível. Quanto às atividades realizadas pelas juntas de freguesia, confessou que ficava duplamente satisfeita, porque via os presidentes de junta e as suas equipas a conseguir desenvolver trabalho e porque via surtir efeito a delegação de competências que aquele executivo tinha feito questão de aumentar. -----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra e disse que a presente sessão se refletia de bastante importância quer para o presente, quer para o futuro do concelho da Praia da Vitória. De seguida, dirigiu-se a todos quantos o ouviam e disse que era importante esclarecer que, para umas coisas se falava só em Câmara Municipal e para outras era importante falar no conjunto todo, pois quando pegavam neste, na dívida que havia sido criada na Câmara, Praia Ambiente e Cooperativa, é que se via que a Câmara não tinha possibilidade de fazer mais. Posto isso, colocou algumas questões: -----

----- 1ª Questão – o porquê de se ter optado por pagar funcionários e não fornecedores, pois estes também tinham funcionários para pagar; -----

----- 2ª Questão – para onde tinha ido o dinheiro que estava destinado à escola do Cabo da Praia. -----

----- Ainda o **Deputado César Toste**, relativamente à intervenção do Deputado José Laranjo sobre o Tribunal de Contas, disse que naquele momento era importante mencionar que o Tribunal de Contas tinha visado, mas quando este tinha recomendado incluir as empresas dentro do perímetro municipal, para reduzir despesa, tinham dito que este não tinha credibilidade, que estava a fazer juízes de valor e nada se tinha feito. -

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e disse que, no anterior mandato, muitas tinham sido as vezes que tinham sido acusados de desrespeitar o Tribunal de Contas, sendo certo que isso não tinha acontecido, mas não eram obrigados a concordar com o que eles diziam. Relativamente às recomendações do Tribunal de Contas, ao contrário do que se dizia, tinham acatado as mesmas, pois tanto quanto sabia, o processo de internalização já estava a decorrer, sendo que naquele momento é que estava parado. Acrescentou que, o aumento de impostos que tanto o PSD dizia que o anterior executivo ia fazer, não tinha acontecido, mas naquele momento era pretensão do atual executivo. Relembrou que, várias tinham sido as propostas do PSD durante os últimos mandatos, como por exemplo, o Cais de Cruzeiros na Praia, e que atualmente não se ouvia falar nelas. Quanto à Auditoria, disse que a mesma era legítima e ninguém punha isso em causa, o que se punha em causa era, sabendo pela Sra. Presidente que esta tinha conhecimento do valor global da dívida da Câmara, o conjunto de promessas feito pela mesma, pois isto sim era enganar os praienses.-----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e informou que era matriz daquela bancada defender todos os funcionários camarários. Referiu que o Relatório Final de Contas de dois mil e dezoito era claro, não havia nada camuflado, nem nunca se tinha dito que estava tudo bem. Acrescentou que, apesar de dizerem que quem já ali estava era responsável por aquela situação, isso não era verdade, pois nenhum dos deputados em causa tinha responsabilidade de gestão.-----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** interveio e, relativamente à rotunda, disse que sim, que era a cidade de Nemésio e que tinha embelezado a rotunda, mas esta continuava no mesmo lugar e com o mesmo formato. De seguida, questionou, da mesma forma que se tinha aproveitado os recursos da casa para a intervenção na rotunda, porque não se recorria ao mesmo para outras atividades, nomeadamente na área social, pois havia pessoal com competência na Cooperativa Praia Cultural, mas estavam a ser deixado ao abandono, seria para justificar os despedimentos. Quanto aos custos inerentes à realização do Cantar dos Reis, nomeadamente o policiamento, disse não se perceber como é que uma entidade como a Câmara não tinha capacidade para pagar uma taxa dessas, quando eram pagas entidades externas para fazer trabalho que podia ser realizado pelos funcionários da casa, como por exemplo o estudo da pobreza no concelho. Concluiu dizendo que as atividades de Natal nas freguesias não deveriam apenas deixar regozijada a Sra. Presidente, mas também lhe deviam servir de inspiração.

----- **O Deputado Hélio Rocha** usou da palavra para informar que concordava com a bancada do PS, pois até poderiam ter mais culpa na situação calamitosa da Câmara, por causa das juntas, ou seja, estas agora eram um pretexto para exaltar o seu trabalho, pois durante o atual mandato já o tinham feito algumas vezes, sendo que no anterior mandato as propostas apresentadas pelos presidentes de junta do PSD, para aumentar a delegação de competências, os apoios e até a dignidade destas, tinham sido rejeitadas. Posto isso, disse que se a Câmara não tinha chegado àquela situação por culpa das juntas, que tinham sido desprezadas ao longo dos últimos dezasseis anos. Informou que, em apenas um ano, o atual executivo tinha aumentado a delegação de competências para a Junta de Freguesia da Agualva em quatrocentos por cento, o que permitia desenvolver outras

atividades, como era o caso das de Natal. Concluiu lembrando que no anterior mandato, o executivo tinha percorrido as várias freguesias a anunciar projetos, etc. e questionou onde estava o centro de valorização ambiental da alagoa, freguesia de Agualva; a ponte suspensa sobre a piscina do Porto Martins; o parque das escaleiras, freguesia de Vila Nova, etc., pois curiosamente a única obra que tinha sido feita e que estava a funcionar e bem era o Bar do Abismo, nos Biscoitos. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado César Toste dizendo que sustentabilidade era o que não tinham e era para ganhar a mesma que ali estavam, com as medidas que tinham para apresentar. Referiu que, apenas naquele momento, ninguém podia dizer que não sabia a real situação da Câmara e que a palavra que lhe ocorria era mesmo o “camuflar”, pois o que tinha acontecido era passar dinheiros de umas empresas para as outras e no fim estava sempre tudo bem. Quanto à opção de não pagar aos fornecedores, respondeu que não podia, de maneira nenhuma, deixar de pagar às entidades bancárias, nem os vencimentos aos funcionários, mas tinha sido uma decisão muito difícil. Confessou que, não era com gosto que tomavam aquelas decisões, nem que viam a Praia a ter menos do que já teve mas, com toda aquela responsabilidade, o que estimavam era poder superar tudo aquilo e voltar a dar à Praia a dignidade que esta tanto merecia. -----

----- Ainda a **Presidente da Câmara Municipal**, respondendo à Deputada Maria de Fátima Homem relativamente à rotunda, disse que esta poderia concordar, ou não, com a intervenção na mesma e quando esta dizia que tinha sido com operários, era verdade, como era verdade que estes não tinham aptidão nem qualificações para assumir funções na área social, como a Deputada Maria de Fátima Homem recomendou. Quanto à PSP, informou que também tinham dívidas a esta, ou seja, tinham tantas dívidas que até à PSP tinham. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que era normal elogiarem as juntas de freguesia, até mesmo quando votaram contra algumas medidas, sempre haviam dito que o seu trabalho era importante. Lembrou que o antigo presidente de Câmara o que tinha feito era queixar-se dos juízos de valor feitos pelo Tribunal de Contas, por isso, tinham iniciado o processo de internalização. Repetiu que, queria que ficasse bem claro, não tinham responsabilidade alguma, apenas votavam a favor ou contra alguns projetos, segundo a consciência de cada um. -----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra e disse que quando se falava em Natal, tinha que se falar em todo o conjunto e não só nas atividades de Natal e que se assim fosse, tinham que se pensar logo em responsabilidade e sustentabilidade. Sobre o Tribunal de Contas, reforçou que este tinha avisado muitas vezes e nunca tinha sido assumido, naquela Assembleia Municipal, que havia dificuldades financeiras, antes pelo contrário, isto é, tinha sido defendido pelo PS que estava tudo bem, que confiavam no executivo em exercício. Lembrou o manifesto do atual executivo, onde havia o compromisso de realizar uma auditoria e assim tinha acontecido, ficando preto no branco o que estava a acontecer. De seguida, questionou a Deputada Maria de Fátima Homem sobre quais eram as máximas da Câmara, se era só a parte social e a parte cultural e alertou para o facto de esta não ter congratulado a Câmara pela abertura do

ATL da Agualva, sendo que a mesma não fazia conta de quanto custava um auxiliar, porque se o fizesse sabia que aquela situação era insustentável. Relativamente ao cais de cruzeiros, disse que a miragem já vinha do tempo do PS, sendo certo que o PSD estava a fazer orelhas mocas ao assunto, mas o PS tinha arrastado o processo durante vinte e quatro anos. Concluiu dizendo que não se podia comparar um ano de liderança da coligação ali presente a dezasseis anos de liderança do PS. -----

----- **O Deputado José Laranjo** iniciou a sua intervenção dizendo que quando havia muito dinheiro qualquer um sabia gerir e, relativamente aos manifestos dos partidos da oposição, disse que o que interessava era o do atual executivo, pois este é que estava a governar o município da Praia da Vitória. Relembrou que tinha sido a Sra. Presidente da Câmara a assumir que sabia a situação financeira da Câmara, por isso, se sabia e apresentava o manifesto que apresentou, estava ou não estava a enganar os praienses. Referiu que se fosse outro partido a ter visto o seu projeto aprovado, seria responsabilizado do mesmo, mas se fosse o PS faria as coisas de outra forma. Questionou onde estava o liderar pela positiva e disse à Sra. Presidente que se esta gastasse menos o seu tempo a falar do passado e o ocupasse a perspetivar o futuro, os praienses ficariam mais satisfeitos e mais bem servidos. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** usou da palavra e disse que legitimidade para votar, da forma como entendiam, todos tinham, sendo que coerência era algo que nem sempre mantinham, até porque havia uma situação intermédia, isto é, a mudança de opinião que era perfeitamente legível. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** interveio e disse que o Tribunal de Contas não fazia mais do que recomendar o cumprimento da lei, por isso, não podiam simplesmente achar que se podia discordar do mesmo. Relembrou que, todas as vezes que estivesse naquele órgão e votasse, sabia que ia prestar contas do que tinha feito, por isso, não podia aceitar que um deputado dissesse que votava, mas não assumia a responsabilidade da consequência. Disse que, gerir o dinheiro dos outros era fácil, tal como gerir o dinheiro que não se tinha, mas era desonesto gastar-se o que não se tinha, o que era da geração futura, pois era isso que tinha acontecido, o PS tinha gasto os próximos dez anos de investimento na Praia. Acusou, ainda, o PS de ter pago/comprado votos e disse que, mais à frente, iam discutir o relatório da auditoria e os factos iam ser provados -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem**, relativamente à intervenção na rotunda, agradeceu o atestado de estupidez passado pela Sra. Presidente e informou que sabia bem a diferença entre um pedreiro e uma pessoa que trabalhava na área social. Confessou que estava ali pela área social e que gostava muito de defender o que os praienses precisavam e isso era transversal a todas as freguesias. Confessou que se tinha esquecido de congratular a reabertura do ATL da Agualva e lembrou que o mesmo tinha acontecido graças à luta do PS.-----

----- **O Deputado António Borges** questionou, relativamente aos vencimentos em risco, se tinha havido alguma contratualização em dois mil e vinte e dois e se sim, se a mesma estava prevista. Relembrou que o cabimento orçamental com pessoal era cativo, não se podia mexer, estava previsto em dois mil e vinte e dois pagar ao pessoal todo,

por isso, nunca tinha estado em risco os vencimentos do pessoal, outros pagamentos poderiam ter ficado em causa, mas nunca os vencimentos.-----

----- **O Deputado Marco Toste** solicitou à Sra. Presidente que não se esquecesse das questões sobre o ATL. Quanto aos pavilhões, questionou se havia algum plano de à manutenção para os mesmos e qual a capacidade de resposta da Câmara nesta área. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e esclareceu que o seu voto não desresponsabilizava a sua opinião, nem a sua matriz, o que desresponsabilizava era a gestão da Câmara.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** relativamente à manutenção dos pavilhões, confessou que não tinha encontrado nada relacionado a esse assunto no relatório em análise, por isso, gostava de saber desde quando os mesmos não eram submetidos a intervenção de manutenção.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente à questão do Deputado António Borges, efetivamente os valores estavam cativos, faziam um mapa de pessoal anual e as únicas duas contratações feitas tinham sido através da Cooperativa Praia Cultural, para dar resposta aos ATL's. Quanto aos pavilhões, respondeu que tinham noção do desinvestimento nos mesmos e desde há muito que este era preciso, por isso, qualquer intervenção feita ia ser para minimizar danos, porque não tinham capacidade financeira para intervir conforme era necessário, problema este que se arrastava por todo o património municipal.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.**-----

----- **O Presidente da Mesa** eram treze horas e seis minutos, interveio e propôs que se fizesse um intervalo para almoço, o qual foi aceite.-----

----- Pelas quinze horas e cinco minutos reiniciaram-se os trabalhos.-----

----- **3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS EFETUADA AO GRUPO MUNICIPAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA, RELATIVAMENTE AO PERÍODO ENTRE 2016 A 15 DE OUTUBRO DE 2021.** -

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Filipe Rocha** interveio e disse que aquele seria o documento mais importante que iam analisar naquele dia, não só porque lhes mostrava o que se havia passado, como definiria a ação no futuro. Apontou vários atos ilegais, explanados no relatório, e disse que este era um compêndio de estupidez de gestão, pois estava cheio de práticas completamente reprováveis. Concluiu questionando quem é que no exercício da gestão pública, podia sentar-se, ler aquele documento e achar que aquelas situações não estavam erradas, isto é, o que havia sido descortinado não tinha lógica nenhuma. ---

----- **A Deputada Lisandra Valadão** interveio e leu o seguinte documento:-----

----- “Estou certa de que todos compreenderam o valor desta auditoria e das suas repercussões e, é claro, que teremos um revés no investimento pretendido para o nosso município. Acredito, no entanto, que a nossa Presidente e a sua equipa de vereadores serão capazes de encontrar medidas que substituam integralmente as perdas

orçamentais, bem como, reduzir a despesa pública de forma estrutural, indo ao encontro das recomendações do Tribunal de Contas e da empresa BDO, com o objetivo da consolidação das contas públicas a médio prazo. Haverá, certamente, muitos praienses que se perguntam: Porquê mais restrições, possíveis aumentos de impostos e recorrer-se à recuperação financeira, o intitulado Saneamento Financeiro? Pois, até agora, nunca foi precisa! Segundo o discurso proferido pelo Presidente Passos de Coelho, na altura com as restrições da TROICA e mais uma vez nós todos a pagar pelos erros do Partido Socialista, passo a citar: “Sabemos que os seus efeitos demoram algum tempo a repercutir-se na atividade económica, mas esses efeitos irão chegar. Nenhum governante defende medidas difíceis apenas por prazer, nem de ânimo leve. Pende a obrigação de amenizar o seu impacto e aperfeiçoar o seu desfecho. São mudanças que dizem respeito ao nosso futuro coletivo, a responsabilidade pela sua discussão e pelo seu melhoramento cabe a todos nós.” Em dois mil e doze entrou em vigor a Lei nº 50/2012, a 31 de agosto, o conhecido Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, onde são definidos todos os critérios de sustentabilidade, o conjunto de medidas e os objetivos de estabilidade orçamental para os municípios e que todos devemos seguir. A elevada experiência dos mandatários socialistas, resultante dos seus dezasseis anos de gestão da Câmara Municipal da Praia da Vitória, capacitou-os com os conhecimentos necessários a ignorar as recomendações apuradas pelo Tribunal de Contas. Estes ilustres visionários, quais unicórnios da gestão camarária, pura e simplesmente preteriram os princípios básicos desta mesma lei. Ignoram os limites máximos de endividamento; Ignoram os princípios da equidade intergeracional; Ignoram os princípios contabilísticos; e ainda ignoram os princípios legais. Ninguém está acima da lei! Isso, meus senhores, nunca nos devemos esquecer. Todos nós vivenciamos o que se passou no Mundial de Futebol no Qatar e revii a nossa coligação PSD e CDS-PP na atitude dos adeptos japoneses que, no fim dos jogos, limpam a porcaria que os outros deixaram.” -----

----- **O Deputado Luís Vieira** usou da palavra e, relativamente ao Bar dos Alagadouros, informou que na altura da sua construção o preço por metro quadrado deveria custar cerca de mil euros, tendo o mesmo cerca de trinta a trinta e cinco metros quadrados e tendo custado cem mil euros, questionou sobre o paradeiro do restante dinheiro. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e leu o seguinte documento. -----
----- “A Senhora Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, apesar das permanentes queixas de falta de liquidez, entendeu adjudicar, por 85 mil euros, uma Auditoria Financeira e de Recursos Humanos com o objetivo único de tentar denegrir a imagem da gestão autárquica dos seus antecessores. Foram apresentadas publicamente as conclusões do relatório da auditoria que, além da informação que já constava dos documentos públicos de prestação de contas e de transcrever partes do Relatório do Tribunal de Contas, note-se que não trouxe nada que não se soubesse já, limitou-se a fazer conjecturas circunstanciais, apreciações opinativas e destacar que “não foram habilitados” para um sem número de ações. Não podemos deixar de denunciar e de sublinhar um conjunto relevante de omissões graves, do Relatório da Auditoria, que deturpam claramente todas as conclusões, com impacto na leitura dessas conclusões: 1 -

OMITE a situação financeira municipal aquando do início do primeiro mandato do PS em dois mil e cinco. Aliás, o modo utilizado por si, Sra. Presidente, na apresentação da situação do atual endividamento tenta objetivamente indiciar que foi o PS a criar um endividamento de 30 milhões de euros. Não, isso não é verdade. É importante e justo que fique claro que o PSD entregou o Município, em dois mil e cinco, com uma dívida de mais de 17.032.628,10€, significando que mais de 50% da dívida anunciada por si foi criada diretamente por um executivo do seu partido. Em dois mil e cinco, a Câmara Municipal da Praia da Vitória tinha de dívida 12.110.091,80€ e a Cooperativa Praia Cultural de 4.922.536,34€. Releva-se, igualmente, que a CPC tinha capitais próprios negativos resultantes de prejuízos acumulados. 2 - OMITE que, nos termos do artigo 65.º, da Lei 50/2012 – Endividamento das entidades do setor empresarial local, o passivo afeto à Praia Ambiente (6.852.805,00€) não reporta para o endividamento do Município. Este fato resulta de tratar-se de uma empresa viável (resultados positivos anuais) que assume diretamente todos os encargos decorrentes da dívida contraída, sem que a Câmara Municipal tenha avalizado ou subsidiado a empresa municipal. Neste enquadramento, da parcela da dívida imputável à gestão do PS, fica claro que 7 milhões não têm qualquer impacto na capacidade de endividamento da Câmara. 3 - OMITE que, no ano dois mil e vinte e um, o Tribunal de Contas visou um empréstimo de 2,3 milhões de euros para financiamento de obras do Município. Como pôde o Tribunal de Contas dar visto a um empréstimo de 2,3 milhões em dois mil e vinte e um? 4 - OMITE os fatos muito relevantes dos executivos municipais liderados pelo PS terem tido de assumir 3 milhões de euros com as obras de recuperação decorrentes da Enxurrada da Agualva em dois mil e nove e cerca de 3,5 milhões com a infraestrutura de abastecimento de água a Santa Rita, em resultado da contaminação dos aquíferos do Juncal e da interrupção do abastecimento por parte dos Norte-Americanos. 5 - OMITIU que o Governo Regional do PSD/PP/PPM deve/devia ao Município 1 milhão de euros relativos à última tranche da aquisição das casas e terrenos do Bairro Americano. Inclusivamente, sobre esta matéria, o Relatório refere que “o investimento social de 4 milhões de euros foi financiado pelo Governo”. Na verdade, foi um Governo do PS que financiou 3 milhões de euros. 6 - OMITE que a criação da Praia em Movimento, EM e da ASTP tiveram na origem o fato da Câmara Municipal não cumprir com várias atribuições legais para o exercício das quais eram anualmente recebidas transferências relevantes do Orçamento de Estado. Objetivamente, as atribuições que não eram exercidas em dois mil e cinco eram as seguintes: Educação (creches/ATL); Ação Social; Desporto e Tempos Livres; Habitação; Ambiente; Promoção do Desenvolvimento Económico e Turismo; Combate à iliteracia digital e serviços de proximidade. As transferências anuais, tão referenciadas no relatório de auditoria, visavam a devida compensação por estas entidades exercerem competências e atribuições da responsabilidade da Câmara Municipal (delegação de competências). 7 - OMITE, também, que o contexto de complexidade na gestão do setor empresarial municipal decorreu da aprovação da Lei n.º 75/2013, pelo Governo Nacional PSD/CDS-PP, que determinou a “alteração das regras do funcionamento das empresas e entidades municipais”, sem salvaguardar realidades que já existiam desde dois mil e seis/dois mil

e sete. 8 - OMITE que todos os procedimentos de contratação de financiamentos, realizados por qualquer das entidades do grupo municipal, tiveram na base processos de consulta a todas as entidades bancárias sediadas no concelho, quando a lei apenas obrigava á consulta de três. Neste contexto, os comentários sobre os *spreads* obtidos, além de totalmente desajustados, revelam um total desconhecimento da realidade do mercado bancário nos períodos em questão. 9 - OMITE ou IGNORA a importância estratégica, promocional e de emprego no concelho decorrente da parceria que permitiu a instalação na cidade do Centro de Produção e Produção de Conteúdos da RTPA e RDPA. A afirmação de “desconhecer o racional para tal ação” além de demonstrar um total desconhecimento dos impactos económicos e sociais, releva que certamente ninguém lhes comunicou que com o “DOWNSISING” na Base das Lajes o concelho da Praia da Vitória, em oito meses, passou a ter uma taxa de desemprego de 25% e que uma em cada três empresas apresentaram insolvência. Não podemos, também, deixar de abordar alguns assuntos, referidos no Relatório, para os quais os auditores referiram “não terem sido habilitados” ou “desconhecerem evidências”. Entrada em espécie com os 40% do capital social da TERAMB; Equilíbrio de contas da TERAMB que nos termos da lei determina que o endividamento não impacte na responsabilidade de ambos os Municípios da Terceira; Estudos de suporte à candidatura aprovada no POA 2020 – Parque Empresarial das Lajes (parceria CMPV/AGESPI); Estudo sobre a realidade do tecido empresarial do concelho – Estratégia de Revitalização Económica da *Praia Links*; Realização de trinta e cinco Workshops/Formações na *Praia Links*. Como é possível não existirem as evidências?!... Sempre estiveram no Município e também estão em entidades externas!...Por que motivo não foram facultados? Um fato muito relevante, bem demonstrativo das orientações recebidas pela empresa auditora, consiste na recomendação para encontrar “eventuais práticas irregulares na execução de empreitadas de construção e respetiva contratação” cuja conclusão dos auditores foi: “...apesar das comunicações... nos testes efetuados, não foi detetada qualquer situação que corrobore aquelas informações”. Em síntese, o relatório final da auditoria além do insucesso na missão de denegrir a imagem dos executivos antecessores, acabou por permitir clarificar o seguinte: O PSD deixou 17 milhões de dívida, mais de 50% da dívida apregoada pela Sra. Presidente, para um património total de 40 milhões; Os passivos da Praia Ambiente ou da TERAMB não relevam para o endividamento municipal, contrariamente ao que se pretendia fazer crer; Como seria possível que o Tribunal de Contas tivesse visado um empréstimo de 2,3 milhões em dois mil e vinte e um se a situação real fosse o “caos imaginário” da Sra. Presidente; Os Executivos anteriores, tendo contribuído com muito menos passivo com impacto na capacidade de endividamento, deixaram um património de 140 milhões e tiveram de fazer face a situações tão graves como a Catástrofe natural na Aqualva; o Abastecimento de Água a Santa Rita e a crise da COVID; As transferências anuais realizadas para a Praia em Movimento/ASTP e nos últimos anos para a CPC, resultam objetivamente de contrapartidas pelo exercício de competências municipais e pelo usufruto de património das respetivas entidades; A Auditoria não detetou quaisquer práticas irregulares na execução de empreitadas de construção e respetiva contratação. Relativamente à

eventual internalização total do passivo da Cooperativa Praia Cultural e consequente extinção e eventual ação de despedimento de dezenas de colaboradores, fica claro tratar-se de uma opção do atual executivo, com a qual o grupo do PS Não se revê e será fortemente opositor. Numa altura como esta, com uma crise inflacionista e com o aumento do custo de vida e das taxas de juro, mandar trabalhadores para o desemprego é uma opção errada, sobretudo quando tomada por uma instituição pública. E sobre a Cooperativa não podemos deixar de manifestar solidariedade com os seus trabalhadores, que dão o seu melhor, todos os dias, e que está a ser perseguida e diabolizada injustamente. Convém lembrar que é a Cooperativa que garante importantes serviços no Município, como a Rede de Creches e ATL'S, o serviço social que nos garantiu prémios nacionais de Município do Ano, a organização das Festas da Praia, um gabinete de desporto ativo e com muitas atividades, uma área cultural dinâmica e promotora de eventos ou um gabinete de turismo que todos os dias trabalha para valorizar a Praia enquanto destino turístico de excelência. Os executivos, até à data, sempre cumpriram as suas obrigações, quer com funcionários, fornecedores, com a Banca e com o Estado. Quanto às referências da Sra. Presidente sobre alegadas ilegalidades, concordamos em absoluto que a auditoria seja remetida para o Ministério Público, Tribunal de Contas e para as entidades que a Sra. Presidente entender por bem, esclarecendo-se tudo o que quiserem esclarecer. Mas não podemos compactuar com uma estratégia de lançamento gratuito de acusações e suspeitas que denigrem a imagem de pessoas que muito deram à causa pública e ao desenvolvimento do Concelho. Concordar ou discordar das opções políticas de cada um é legítimo, mas pôr em causa a honra e boa-fé de antecessores no cargo é desadequado e desqualificador da nossa Democracia. A situação financeira do Município da Praia da Vitória já era conhecida antes das eleições. Não há nada de novo nesta auditoria no âmbito dos valores globais apurados. Bastaria uma leitura atenta das contas para perceber isso facilmente. É por isso, que as surpresas agora evidenciadas pela Sra. Presidente são, no mínimo, surpreendentes. A Praia da Vitória precisa de uma Câmara com ambição, com pro-atividade, capaz de captar investimento privado, de potenciar o investimento que existe, por exemplo, em projetos de excelência como o *Terceira Tech Island*, de promover parcerias, de apoiar as nossas instituições e de facilitar a vida às famílias e empresas praienses, de criar boas condições de trabalho aos seus funcionários, de se reorganizar com base nas exigências atuais. É isso que se espera e que não se reduza a uma Câmara de gestão corrente, sem visão, sem estratégia e sem rumo.” -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que a Sra. Presidente não tinha feito uma Auditoria às empreitadas, por isso, esperava que no orçamento proposto estivesse prevista a verba para a mesma. De seguida, fez um balanço do que tinham sido os últimos quatro anos do PS, alertando para a falta do dinheiro destinado à escola do Cabo da Praia e dizendo que Câmara tinha atuado na enxurrada da Agualva, o que era espetável, mas que duvidava que o atual executivo tivesse capacidade de ir à Banca para resolver uma situação semelhante. Quanto às casas de Santa Rita, disse que estas tinham sido usadas com o intuito eleitoral de beneficiar o PS. Relativamente às transferências de verbas para a Cooperativa Praia Cultural terem como fundamento a

execução, por parte desta, das competências da Câmara, isto é, se havia duzentos funcionários na Cooperativa a executar as competências da Câmara, questionou o que faziam os duzentos funcionários da Câmara. Acrescentou que, ao contrário do que o Deputado Valter Peres dizia, o castelo tinha-se desmoronado porque Paços de Coelho tinha cumprido o acordo da Troica. Referiu que estava na hora do património, construído na Praia nos últimos anos, se chegar à frente para cobrir a dívida, porque esta ultrapassava os trinta e três milhões e o orçamento não tinha dinheiro para pagar aos bancos aquilo que eles estavam a pedir. Relembrou, ainda, que o Deputado Valter Peres dizia que era dever da Câmara reorganizar-se de acordo com os padrões atuais, pois o que esta apresentava naquela sessão era exatamente essa reorganização, que aliás já tinha sido decidida e votada no mandato anterior e aquela Câmara, responsavelmente, ia dando continuidade. Concluiu dizendo ser verdade que a Câmara não tinha excesso de endividamento, o problema estava nas dívidas que iam entrar para a mesma, provenientes da referida reorganização, e que faziam com que a dívida ultrapassasse os limites legais, entrando assim o fundo de reestruturação e, consequentemente, fazendo com que os praienses passassem a pagar mais impostos. -----

----- **O Deputado César Toste** interveio e disse que o que constatavam, através daquela auditoria, era que a realidade era tramada para o concelho e era muito mau que assim fosse, pois acarretava responsabilidades e questionou a Sra. Presidente se dizia no Caderno de Encargos que o objetivo da auditoria era denegrir o PS, pois não tinha sido nada disso, ou seja, o que esta tinha feito era colocar a nu a gestão danosa do PS durante os últimos dezasseis anos. De seguida, fez uma reflexão sobre o documento em análise e sintetizou-o dizendo que o PSD não tinha deixado dezassete, mas sim nove milhões de euros de dívida; o passivo da Praia Ambiente contava para o endividamento; o Tribunal de contas visou o empréstimo porque lhe tinham omitido a verdade e de que servia um património de cento e quarenta milhões, sem nunca ter sido mantido e que estava hipotecado. Concluiu dizendo que aquela Auditoria tinha sido muito importante, porque mostrava aos praienses como se tinha gerido a Câmara Municipal. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** usou da palavra e discriminou a dívida, a curto e a longo prazo, deixada pelo Dr. José Fernando Gomes e afirmou que os valores referidos pelo PS, em relação a isso, eram mentira. Esclareceu que, o estudo ao tecido empresarial da Praia, para o qual se destinava quarenta e um mil euros e meio, era pós COVID, estudo este que tinha sido pago, mas não se tinha efetivado. Questionou, se o Dr. Paços Coelho tinha sido tão mau, o porquê da Câmara da Praia ter recorrido ao PAEL em dois mil e doze. Relativamente ao valor que se dizia destinado às enxurradas da Agualva, informou que este nunca tinha chegado à mesma e questionou a Sra. Presidente, como sendo assistente social da Agualva naquela altura, logo teria informação que mais nenhum dos presentes tinha, sobre a situação. -----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e disse que, se o relatório em análise reconhecia irregularidades e ilegalidades que os seus responsáveis fossem responsabilizados por isso. Referiu que, de facto havia uma grande diferença entre os executivos do PS e o atual, pois os do PS não se lamentavam, continuamente, por não poderem exercer a sua atividade, apesar de tudo o que também tinham encontrado.

Quanto às casas de Santa Rita, disse ser lamentável a mudança de atitude de determinadas pessoas em relação àquele assunto e que quando se falava em dois milhões de euros do fundo ambiental, estes tinham sido para a requalificação da rede de abastecimento de águas à Serra de Santa Rita e não para as suas habitações. Concluiu dizendo que era curioso que o antigo presidente da autarquia não tivesse sequer sido auscultado na questão da auditoria.-----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que estava na hora da Sra. Presidente cumprir o seu compromisso autárquico e pedir ao Governo Regional para se chegar à frente e ajudar a Praia.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** interveio e disse que aquela Auditoria espelhava a realidade do concelho da Praia da Vitória, realidade esta que, com mais ou menos pormenor, era sabida no relatório do Tribunal de Contas de dois mil e dezoito, sendo certo que não estava a querer retirar qualquer responsabilidade aos excessos de endividamento do grupo municipal ocorridos no passado. Disse que deviam aprender com os erros do passado e não repeti-los no futuro. Informou que, estavam cientes e compreendiam as dificuldades existentes a nível financeiro, por isso, estavam solidários com o executivo camarário, bem como disponíveis para o que fosse necessário. Posto isso, disse que o GCE achava que, naquele momento, o importante era perceber o que ia acontecer no futuro, que consequências iam advir daquela situação, para se poder delinear o futuro.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu, ao Deputado Luís Vieira, que a obra estava paga, noventa e nove mil euros, e com o empreiteiro, ou seja, fechada pelo motivo que todos conheciam. Relativamente ao Deputado Valter Peres, disse que a auditoria tinha sido feita porque era importante perceber a realidade dos factos e podiam confirmar isso através do caderno de encargos. Quanto à falta de visão/estratégia disse que era muito importante terem aqueles resultados em cima da mesa para poderem perspetivar o futuro, pois fazê-lo com as contas a zero era muito difícil. Questionou, a bancada do PS, sobre a solução para aquela situação e se os seus antecessores não tiveram a mesma obrigação de perspetivar o futuro, pois não sabia como estes o tinham feito quando tinham deixada a Câmara daquela forma. Questionou, ainda, o porquê do Dr. Roberto Monteiro ter recorrido ao PAEL, em dois mil e doze, pois certamente seria porque a situação já estava muito condicionada. Respondeu, ao Deputado Hélio Rocha, que tinha sido feito um contrato ARAAL, entre o Governo Regional e a Câmara Municipal, no valor de cento e trinta e nove mil e sessenta e um euros, com vista a uma obra de drenagem de águas pluviais a montante na Rua dos Moinhos, na Agualva, bem como outro contrato ARAAL, de duzentos e quatro mil euros, para drenagem das águas na Rua do Saco, na Agualva e cento e quarenta e dois mil euros, seiscentos e oitenta e sete, para muros de suporte e taludes de contenção de habitações ao longo da Rua dos Moinhos. Posto isso, disse que aqueles eram os valores que não perfaziam os três milhões referidos pelo Deputado em causa. De seguida, esclareceu que em momento algum descoravam o papel que a Cooperativa Praia Cultural assumia no desenvolvimento da atividade municipal, muito pelo contrário, mas era importante que se dissesse que a par de todo o desenvolvimento dessa atividade, a Cooperativa era o

veículo para o pagamento da dívida de duas entidades privadas, ou seja, da Sociedade para o Desenvolvimento da Praia da Vitória e da Praia em Movimento e questionou se isso deixasse de acontecer se as referidas entidades tinham capacidade para as pagar. Concluiu dizendo que, sobre o estudo do impacto da COVID no tecido socioeconómico da Praia da Vitória, aquele executivo tinha-o solicitado à empresa contratualizada para realizar o mesmo, tendo-lhes sido entregue um *power point* a retratar a Praia da Vitória, mas sem evidenciar nada do que estava contratualizado. Informou, ainda, que a empresa em causa, tinha dito que havia recebido orientações, por parte do vereador que contratualizou com a mesma, a dizer que o serviço já não era necessário, mas o que era certo era que o valor não tinha sido devolvido, por isso, aquela era uma das situações que estava a ser tratada judicialmente, para se reaver o valor em causa, porque o trabalho não tinha sido feito. -----

----- **O Deputado César Toste** interveio e disse que, quando falava em seriedade e se dirigia à bancada do PS, não era para atingir ninguém em particular, mas sim um partido. Relativamente a Santa Rita, lembrou que concordava que o que o antigo Presidente da Câmara tinha feito era importante para o concelho, o que não concordava era com a forma como tinha sido feito. Relativamente a dois mil e cinco e ao pavilhão da Fonte do Bastardo, questionou o que era um pavilhão do PSD para dez do PS, igualmente sem manutenção, o que iriam pagar mais. Disse que a gestão do PS não tinha sido sustentável, era fazer sem pensar no futuro. De seguida, disse que, para os praienses, trinta e cinco milhões representavam um compromisso para o futuro que comprometia, a nível de município, as candidaturas para o próximo quadro comunitário; apoiar as juntas de freguesia, as instituições e as famílias; todo o tecido empresarial da Câmara Municipal e dos compromissos que tinha que assumir. Questionou, os grupos municipais da oposição, qual o seu contributo e se queriam fazer parte da solução ou do problema. -----

----- **O Deputado José Laranjo** questionou, uma vez que o assunto já estava a ser tratado nas autoridades, se não achavam por bem deixar de julgar quem por ali já tinha passado e aguardar a resolução dos problemas nas devidas instâncias. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que, do que sabia, a Câmara Municipal tinha recorrido ao PAEL para financiar a revisão de preços decorrente do brutal aumento dos materiais de construção civil, em dois mil e oito, e isso tinha implicação com a obra Paul/Marginal e porque tinha havido uma redução de dez por cento das receitas para o município, aquando do Governo da Nacional PSD/CDS. Disse ser importante que aquele executivo se entendesse quanto à dívida, pois se por um lado não podiam aceitar que se juntasse a dívida da CPC com a da Câmara, em dois mil e cinco, perfazendo um total de dezassete milhões, por outro já queriam juntar a da Praia Ambiente à da Câmara para fazer os trinta e três, mas a regra era igual para todos. Referiu que, já não era a primeira vez que a Sra. Presidente dizia que aquela bancada arranjasse a solução, mas quem o tinha que fazer era ela, porque é que tinha sido eleita. -

----- **O Deputado Hélio Rocha** usou da palavra para deixar três notas: -----

----- 1ª – não havia vontade da bancada do PS de falar do passado, nem que aqueles assuntos fossem ali trazidos, porque sabiam que ia recair sobre todos o ónus da responsabilidade do que eventualmente fosse aprovado de seguida;-----

----- 2ª – os três contratos ARAAL perfaziam cerca de quinhentos mil euros, valor este que o Governo Regional ia transferir para a Câmara, por isso, questionou como é que tinha saído, do orçamento da Câmara, três milhões se a esta tinha investido na Agualva o valor, dos contratos ARAAL, proveniente do Governo Regional. Posto isso, disse que o bom nome da Agualva não deveria ser usado para esconder trapaças socialistas:-----

----- 3ª – questionou qual tinha sido o vereador a dar a indicação, referida pela Sra. Presidente, sobre o estudo do impacto da COVID no tecido socioeconómico da Praia da Vitória.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que já era tempo de parar com acusações sem dados concretos e todos já tinham percebido que quando o PS se sentia encurralado com os argumentos, começava a disparar em todas as direções e a levantar suspeições de tudo e sobre todos. Relativamente ao PRR, disse que este tinha sido desenhado e negociado em dois mil e vinte, altura essa em que o executivo camarário era do PS, por isso, questionava o que este tinha negociado, nessa altura e no PRR, para fazer/ajudar a Praia da Vitória. Esclareceu que aquele debate não era sobre o passado, mas sim sobre o resultado de uma auditoria, desde dois mil e dezasseis a dois mil e vinte e um, ou seja, estavam a analisar a mesma porque aquela era a primeira sessão da Assembleia após o referido resultado ter sido tornado público.-----

----- **O Deputado Filipe Ávila** usou da palavra e disse que tinham sido os praienses a querer que a auditoria em causa fosse realizada, pois esta estava no manifesto do atual executivo, que tinha sido eleito democraticamente. Sobre o relatório, questionou, além de não ter logica nenhuma e de haver tantas dúvidas, para onde tinha ido tanto dinheiro. Quanto à posição do PS, referiu que havia longas conferências de imprensa, extensas linhas de jornais, muita crítica, mas conteúdo e soluções zero, soluções essas que teriam impacto direto na vida das pessoas e das empresas e havia quem queria se dissociar disso, pois por vezes dava jeito estar do lado do problema e não da solução. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu, ao Deputado Hélio Rocha, que o vereador em causa era o que tinha responsabilidades com o pelouro financeiro. Questionou, os dois grupos municipais da oposição, se já tinham ouvido, da parte dos seus camaradas, falar em reestruturação financeira ou em saneamento, porque segundo o que constava, estes processos já teriam estado em cima da mesa no tempo de outros executivos. Reforçou que a situação era grave, que podiam dizer que o antigo executivo tinha iniciado o processo de internalização das sociedades na Cooperativa Praia Cultural, mas, a par disso, também tinha contratado oitenta e oito pessoas nos últimos quatro anos. Relembrou que, em dois mil e cinco a Câmara Municipal tinha duzentos e treze funcionários e a Cooperativa tinha dois e um prestador de serviços, por isso, era preciso perceber-se toda a evolução ao longo daqueles dezasseis anos e que tinha levado aos resultados ali debatidos. Disse que, aquela não era uma situação que alguém pudesse repor sozinho, havia demasiados anos de luta para repor tudo o que ali estava,

pois os números estavam à vista, era com eles que tinham que trabalhar e negociar, porque precisavam muito de ajuda externa.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **4. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO, NA MODALIDADE DE CONTA CORRENTE, ATÉ AO MONTANTE DE DOIS MILHÕES DE EUROS, A MOVIMENTAR DURANTE O ANO DE 2023 – RELATÓRIO DE ANÁLISE.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **5. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2023.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **6. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS RELATIVAMENTE AOS RENDIMENTOS DE 2023.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “A matriz política do CDS, nesta matéria, vai no sentido de os municípios abdicarem desta participação variável de cinco por cento e devolverem às famílias este montante. Tem sido assim ao longo dos anos, ao longo dos anos dessa forma tenho votado consistentemente nesta Assembleia Municipal, mas dadas as circunstâncias que enfrentamos, percebemos que não é possível e seria irresponsável exigir a devolução deste montante e, portanto, privar o município desta verba. Nesse sentido, é que votamos favoravelmente esta medida proposta pelo município, na esperança de que rapidamente e reiniciando ou iniciando o processo de reestruturação financeira, seja possível, no mais breve espaço de tempo, começar a devolver aos contribuintes a participação variável do IRS.” -----

----- **7. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA O ANO DE 2023.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado José Laranjo** colocou algumas questões: -----

----- **1ª Questão** – qual seria o valor calculado da receita do aumento da taxa em causa; -----

----- **2ª Questão** – de que forma esse valor seria aplicado.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** solicitou, em nome do GCE, que aquele ponto fosse retirado da ordem de trabalhos, por uma questão de legalidade que se prendia com datas que estavam expressas no documento em análise, ou seja, estavam a falar da derrama para dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro e não dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, como constava do documento. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** fez uma interpolação à Mesa, ou seja, pediu que o GCE esclarecesse melhor a que documentos se estavam a referir. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** esclareceu que o documento era o dois mil e vinte e dois/dezassete noventa e cinco. Informou que onde se lia “com a fixação do seguinte quantitativo sobre o lucro tributável de IRC do período de vinte e dois a liquidar em vinte e três”, deveria ler-se “com a fixação do seguinte quantitativo sobre o lucro tributável de IRC do período de vinte e três a liquidar em vinte e quatro”. -----

----- **O Presidente da Mesa** interveio e disse que se ia fazer um intervalo para verificar a situação. Após a referida pausa, este informou que, de acordo com o entendimento de dois juristas consultados, a situação estava correta. Posto isso, prosseguiram com os trabalhos.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu dizendo que estavam a falar de um diferencial, do ano de dois mil e vinte e dois para dois mil e vinte e três, de sessenta e três mil, quinhentos e setenta e três mil euros e que fase aos valores de despesa que tinham em orçamento, era demasiadamente importante a aplicação daqueles impostos para ajudarem a colmatar aquele diferencial. Acrescentou que, tinham que ter a receita sempre equilibrada com a despesa e, nesse sentido, havia uma necessidade eminente de aumento de receita e, naquele caso, era daquela forma que a situação seria aplicada.-----

----- **O Deputado José Laranjo** deixou algumas notas e soluções: -----

----- 1ª – a Câmara Municipal ao aplicar aquela taxa, com o respetivo aumento previsto, sujeitava-se a receber menos do que recebia atualmente, pois as empresas podiam mudar a sua residência fiscal para qualquer outro concelho da região, aquele valor deixava de existir;-----

----- 2ª – relativamente às convocatórias que recebiam para a Assembleia Municipal, disse que as mesmas eram envidas por e-mail e em papel, por isso, sugeria que fosse só por e-mail;-----

----- 3ª - que todos pensassem, conscientemente, naquele aumento de impostos e em alternativas que, passo a passo, conseguissem chegar a uma situação mais equilibrada. --

----- **O Deputado Pedro Pinto** esclareceu que a questão das convocatórias era uma imposição legal, imposta por uma lei da República que a ser alterada, teria de ser na Assembleia da República, por isso, aquela despesa decorria da lei.-----

----- **O Deputado César Toste** colocou algumas questões:-----

----- 1ª Questão – porquê adotar as medidas em causa a um de janeiro de dois mil e vinte e três, ou seja, qual a real situação do município para que as mesmas sejam propostas;-----

----- 2ª Questão – qual a emergência das referidas medidas, quando iam causar impacto e se era uma medida que se previa ser para durar;-----

----- 3ª Questão – se tinham sido consideradas outras hipóteses que não implicassem aquelas medidas. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que achava o valor, indicado pela Sra. Presidente, muito baixo e questionou se não haveria algum erro. De seguida, informou que a bancada do PS ia votar contra a proposta apresentada, por tudo o que se previa que ia acontecer para as famílias e empresas. Disse que, em apenas um ano, tinham feito desaparecer os programas de apoio e estímulo ao tecido empresarial do concelho e faziam as empresas pagarem uma taxa com aquele valor. Acrescentou que, depois de tudo isso, justificavam com um plano de reestruturação que não existia, que ninguém conhecia, apenas um plano de uma suposta negociação que até podia nem acontecer. Disse que todos passavam por dificuldades na vida, mas não era onerar as empresas e os concidadãos que se resolvia. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu, ao Deputado José Laranjo, que tudo aquilo tinha sido muito avaliado, que muita daquela gestão já estava a ser feita e que não era com gosto que se levantavam impostos, mas quando tinham despesa que não coadunava com a receita, havia que definir estratégias. Quanto às questões do Deputado César Toste, nomeadamente a situação de equilíbrio entre a receita e a despesa, disse que aquela era a preocupação, não só preparar o orçamento como tinham noção que tinham um défice de mais de oitocentos mil euros que eram compromissos obrigatórios que o município tinha, associados a muitas despesas que transitavam de anos anteriores. Disse que não era por falta de sensibilidade social que tinham decidido aumentar impostos, mas sim porque após se fazerem todos os cortes necessários, sabendo que já iam transferir menos valor para a Praia Cultural, e estando a preparar um plano de reestruturação para se dirigirem ao fundo de apoio municipal e fazerem uma negociação para poderem ter apoio externo com juros mais baixos e poder liquidar o milhões de que já tinham falado, tinha que haver condições para negociar e esta passava pelo aumento de impostos porque não havia mais nada por onde cortar. Esclareceu que os sessenta e três mil euros da derrama, eram a diferença entre o ano anterior e aquele e que o valor total a arrecadar era de cento e sessenta e três mil euros. Acrescentou, ainda, que nos últimos dois anos aquelas taxas tinham estado isentas e que aquele valor era calculado com base numa média dos dois últimos anos, pois se havia isenção como podiam fazer uma negociação com taxas que tinham estado isentas, sem que tomassem a iniciativa de alterar e retirar as referidas isenções e mostrar que tinham capacidade de negociação, ou seja, tinham que ter alguma receita diferenciada comparativamente aos anos anteriores. Disse respeitar quem pudesse não concordar, mas era imperativo aumentar as receitas, pois se não o conseguissem fazer, obviamente que o plano de reestruturação ia ser diferenciado e não iam poder bonificar a Câmara com aquilo que se gostaria. Concluiu pedindo a sensibilidade/esforço de todos porque o município estava limitadíssimo e disposto para fazer/assegurar os mínimos aos seus munícipes, pois não queriam deixar de atuar, mas não iam esbanjar dinheiro, nem fazer grandes obras, iam ter muita dificuldade em chegar às juntas de freguesia e até mesmo às associações, todos ficariam prejudicados e se não aumentassem a receita pior iam ficar, por isso,

tinham que tentar e sem condições para negociar seria muito mais difícil, mas a decisão era dos deputados ali presentes.-----

----- **O Deputado Hélio Rocha** interveio e disse que durante os últimos quatro anos tinham deixado as freguesias a pão-e-água e, naquele momento, tentavam obter o voto das mesmas em função daquilo que o PS queria. Perante a proposta apresentada pelo PS, apresentou outra, isto é, que a Assembleia Municipal da Praia da Vitória deixasse de pertencer à Associação Nacional de Assembleias Municipais, poupando anualmente três mil euros. Concluiu questionando o que aconteceria se a proposta em discussão, bem como a próxima da ordem de trabalhos, fossem chumbadas. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** usou da palavra e disse que se as empresas sediadas na Praia da Vitória se mudassem para o concelho vizinho não ia aparecer o valor de sessenta e três mil euros e isso era um facto. Disse que, aquela medida ia render sessenta e três mil euros a mais, não ia resolver o problema na totalidade e ia afugentar todo o investimento no concelho. Relativamente à intervenção do Deputado Hélio Rocha, disse que muito mal estavam as instituições do concelho se tivessem só expectativas de se regerem pelos regulamentos municipais para irem buscar o seu equipamento e que se assim fosse, não deveriam ter uma boa gestão. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** interveio e questionou, relativamente à questão levantada por aquele grupo e tendo em conta o que havia sido dito, se hipoteticamente tivesse razão o que aconteceria. Relembrou que a Sra. Presidente tinha dito que, caso aquelas taxas não viessem para o concelho, teriam em défice oitocentos mil euros no orçamento. Referiu que, no orçamento de estado havia um aumento de quatrocentos mil euros e tinha verificado, nas rubricas da Câmara, que os números não batiam certo com o orçamento de estado, ou seja, parecia haver uma diminuição dos fundos que chegavam e a receita do IVA, relativa ao ano de dois mil e vinte e três, também não aparecia, por isso, com aquelas contas poderiam chegar ao valor de cerca de oitocentos mil euros. Quanto à possibilidade das empresas se deslocarem, disse que não era bem assim que funcionava, isto é, a derrama funcionava consoante o número de funcionários que existiam nas sedes, etc., logo algum dinheiro viria e as empresas iam continuar a ser penalizadas. Posto isso, disse que com algum esforço e verificando todos aqueles pontos era possível não ir em frente com aquela taxa tão elevada. Por fim, questionou se se justificava aquela situação por causa de cento e sessenta e três mil euros. -----

----- **O Deputado Simão Fonseca** colocou algumas questões: -----

----- 1ª Questão – como é que os jovens teriam interesse em dinamizar ou criar o seu próprio trabalho na Praia da Vitória; -----

----- 2ª Questão – como é que os jovens teriam ambição de trabalhar noutro, que não o público, se ao abrir uma empresa teriam de pagar uma derrama, fora o investimento pessoal; -----

----- 3ª Questão – como poderiam os jovens querer voltar à cidade da Praia da Vitória. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra para informar que a lei que regia todas as Assembleias era a número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro

e que o número um, do artigo vigésimo sétimo, mencionava como as mesmas deveriam ser convocadas.-----

----- **O Deputado César Toste** interveio e questionou o porquê dos jovens não abordarem o PS no sentido de saberem porque tinham deixado a situação chegar àquele ponto. Posto isso, lembrou que estavam a falar em ficar sem os serviços mínimos, caso a Câmara fechasse. De seguida, questionou a Sra. Presidente se esta tinha tomado aquelas decisões de ânimo leve, se não tinha consultado ninguém, sendo certo que os erros existiam, mas se havia um plano de reestruturação era porque havia urgência. Voltou a perguntar qual seria o impacto, isto é, se seria no ano de dois mil e vinte e três ou se seria em dois mil e vinte e quatro e se aquelas decisões eram reversíveis. Posto isso, disse que o que retirava daquelas medidas era uma ação de responsabilidade e de preparação do futuro e aconselhou a Sra. Presidente a cortar tudo o que pudesse, como por exemplo as Festas da Praia.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu, relativamente ao Deputado Hélio Rocha, dizendo que não tinham como comunicar a alteração à Autoridade Tributária, por isso, se mantinha o que estava no ano anterior, aliado a incapacidade de mostrar algum esforço fase aos últimos dois anos. Quanto à Deputada Maria de Fátima Homem, respondeu que as empresas poderiam mudar a sua sede e o valor poderia ser diferente do estimado, mas o que era certo era que algum ia ser sempre revertido e tudo era um contributo. Quanto à captação, questionou como o poderiam fazer com toda aquela situação e sabiam que a medida em causa não ajudava na fixação de empresas, mas era o que tinham de fazer. Respondeu ao Deputado Bruno Borges dizendo que as taxas de juros também estavam a aumentar para a Câmara e eram uma preocupação, pois era uma despesa que ia aumentar e que já estava contemplada no orçamento. Informou que, a responsabilidade daquele executivo era atuar de imediato, para poderem fazer a melhor negociação e trazer o melhor plano de reestruturação para a Praia da Vitória. Pediu a colaboração de todos, pois aquele era um problema de todos, independentemente de quem o havia criado, caso contrário teriam graves problemas durante muitos anos. Relativamente à ausência dos aumentos do Orçamento de Estado, disse que este quando estavam a ser aprovado, o orçamento da Câmara já estava a ser trabalhado e os valores poderiam não estar coadunados, por isso, poderia haver um pequeno aumento. Disse, ainda, que não podia deixar de mostrar preocupação com o que o Deputado Simão Fonseca tinha dito e questionou se só ela é que tinha essa preocupação e se nos anos anteriores essa não existia. Quanto ao Deputado César Toste, disse que o plano de reestruturação poderia ter um impacto a cinco e a dez anos, com revisão anual e cabia à Câmara reunir as melhores condições para, consequentemente, conseguir o melhor plano, bem como ter condições para o renegociar anualmente e, aí comprometia-se a tomar posições, quanto à Derrama e ao IMI, no sentido de não prejudicar os munícipes, mas naquele momento, precisavam muito da colaboração e do esforço de todos.-----

----- **A Deputada Rita Borges** interveio e disse que não lhes tinha sido facultado nenhuma documentação sobre o estudo feito e que tinha levado à apresentação da proposta em análise, para poderem estudar, analisar e votar. Após isso, propôs, de

acordo com o artigo trigésimo sétimo do Regimento da Assembleia, que a votação fosse nominal. -----

----- **O Presidente da Mesa**, após conferenciar com os representantes dos grupos municipais, informou que a votação seria nominal.-----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que havia vários municípios que tinham feito a reestruturação sem aumento de impostos. Questionou se não seria melhor ir ao FAM e perceber quais eram as condições, antes do aumento de impostos. Disse que lhes era pedido que votassem o aumento de um imposto, em nome de um plano de reestruturação que ninguém conhecia. Concluiu dizendo que aquela era uma ação política do executivo em exercício, pois pelo que sabiam não havia nenhuma obrigação legal inerente à mesma.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** lembrou que a taxa em discussão tinha sido criada pelo Dr. Roberto Monteiro, numa altura em que a Câmara também não estava numa situação muito favorável e no ano em que tinha recorrido ao PAEL. Disse que a situação dos impostos, muitas vezes, vinham para compensar os défices e era essa a intenção, ou seja, intervir numa tentativa de antecipar e poder fazer a melhor das negociações. -----

----- **O Deputado Valter Peres** reforçou que o que estava ali em causa era a votação de uma opção política, onde todos os presentes seriam responsáveis pela mesma. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que não percebia qual era o drama da Sra. Presidente ter lembrado quem e quando se criou a Derrama. Concluiu dizendo que aquela era a matriz identitária do PS, isto é, fazer dívida e criar impostos para a pagar.- -----

----- **O Deputado Valter Peres** repetiu que a Câmara da Praia tinha recorrido ao PAEL para fazer fase revisão de preços da Marginal. De seguida, esclareceu que não tinha sido o Dr. Roberto Monteiro a criar a Derrama, mas sim a lei. Concluiu lembrando que o que iam votar ia ter reflexo nas empresas. -----

----- **O Deputado César Toste** interveio e disse que a Derrama tinha sido uma opção política da altura. Acrescentou que, ficava certo perante todos os praienses que estavam a votar era uma situação em que o PS não apresentava soluções, perante uma herança pesadíssima. De seguida, pediu à Sra. Presidente para elucidar a Assembleia Municipal, relativamente às candidaturas ao PRR e ao PO2030. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi rejeitada por maioria, com trinta e um votos contra, doze do PPD/PSD, três do CDS-PP, catorze do PS e dois do GCE e um voto a favor do PPD/PSD.**-----

----- **O Deputado César Toste** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei a favor desta proposta porque considero, e analisando que perante a situação atual do município, importante nós agirmos agora para não termos, ainda mais, consequências futuras. Ainda sabendo que esta proposta só será efetivada no ano de dois mil e vinte e quatro e até às negociações do FAM pode ser eventualmente reposta, acho que é um erro nós não a introduzirmos neste momento, sabendo que é uma situação que trará muitos compromissos, para todos nós, para as nossas empresas e para as nossas famílias.” -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Eu, enquanto membro municipal do PSD, estou consciente da provável inadaptabilidade das medidas hoje apresentadas e que nós chumbamos. Elas decorrem da gestão danosa do PS, enquanto gestor autárquico, e as medidas serão a consequência desta gestão danosa, no entanto, entendo que deve haver uma discussão mais aprofundada sobre esta matéria.” -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “O CDS está consciente das dificuldades financeiras do município da Praia da Vitória e das implicações que isso vai ter no nosso futuro próximo. Compreendemos que o executivo camarário está fazendo o seu trabalho, é um executivo, muitas vezes acusado de nada fazer, apresenta-nos aqui um pacote de medidas que ninguém gosta, que é o resultado do trabalho do executivo, dos funcionários da Câmara, de empresas de assessoria, seja técnica e financeira, seja jurídica e, portanto, é o início de um trabalho que culminará com o recurso a uma reestruturação e um saneamento financeiro do nosso município. No entanto, estamos conscientes do momento crítico que se vive no país, fruto da economia global de onde vivemos e consideramos que, neste momento e podendo protelar medidas mais gravosas sobre os praienses, esta foi a nossa decisão de voto, mas conscientes de que poderemos, a breve trecho, ser confrontados com a inevitabilidade de termos que viabilizar esta, ou eventualmente outras medidas, que vão sobrecarregar as empresas, mas também as famílias da Praia da Vitória. Lamentamos ter chegado a este ponto, mas se alguma coisa podem acusar o CDS e o PSD é de não desistirem e de estarem a trabalhar no sentido de sanear este município e de dar uma viabilidade financeira, não só ao município, mas às instituições que por ele são apoiadas, contrariamente ao passado, onde se deu tudo a todos, sem olhar a meios e trouxe-nos a este estado de ruína financeira.” -----

----- **O Presidente da Mesa** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Cabe a todos nós, deputados municipais, cidadãos praienses eleitos para a Assembleia Municipal da Praia da Vitória, a responsabilidade de tomarmos decisões muitas vezes difíceis. Estamos, eventualmente, perante o momento mais difícil que a Câmara Municipal do nosso Concelho atravessa. É de estranhar que, conhecendo e sendo público as dificuldades que a Câmara Municipal atravessa, o partido que governou a Praia da Vitória nos últimos dezasseis anos não contribua para a solução com medidas credíveis, exequíveis, sustentadas na realidade. É de estranhar que quem suportou os últimos dezasseis anos de mandos e desmandos na Câmara Municipal, procure fazer com que esses dezasseis anos sejam sinónimo de “contas certas”, “gestão responsável”, “Câmara modelo”, quando neste momento está tudo a nu, despido de artifícios ou quaisquer operações financeiras que artificializaram as contas nesses anos negros. É de estranhar que hoje, muitos do que suportaram os últimos dezasseis anos de governação, dissessem desconhecer o que se passava lavando as mãos das decisões nas quais fizeram parte. É de estranhar que, chegados hoje a este dia, muitos dos que suportaram as decisões ruinosas dos últimos dezasseis anos de gestão da Câmara Municipal, continuam em negação consigo mesmo, mas, sobretudo, para com os praienses. Estranho seria se, em algum momento daquilo que hoje se sabe sobre a

realidade da nossa Câmara Municipal, da empresa municipal Praia Ambiente e Cooperativa Praia Cultural, pedissem desculpa aos praienses por aquilo que foi feito e sobretudo por aquilo que farão com que os nossos filhos paguem. Nos últimos quatro anos fiz parte desta Assembleia Municipal numa oposição responsável e sobretudo fiscalizadora àquilo que me parecia ser uma gestão ruinosa da nossa Câmara Municipal e empresas municipais. Fui oposição acreditando que aquilo que me era transmitido, mas sobretudo escrito, refletia a realidade da nossa Câmara Municipal e Empresas Municipais. Fui oposição sempre na defesa de todos os praienses, de todas as empresas praienses, de todas associações e coletividades praienses, de todos sem exceção. Fui enganado, mas sobretudo, todos nós fomos enganados. Agora, que sabemos a realidade da nossa Câmara Municipal e das empresas municipais cabe a nós procurarmos a solução menos gravosa para os problemas que apresenta, sabendo de antemão que qualquer uma que seja a via muito vai afetar a vida dos nossos munícipes e empresas. Assim, o meu voto neste ponto procura uma luz de esperança para que seja encontrada a menos má das soluções, que sei que terão de ser implementadas para que o futuro dos meus filhos seja aquele que eles quiserem e não aquele que dos erros feitos vá resultar.” -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que o Sr. Presidente da Mesa, estava naquela Assembleia como presidente da mesma e que não tinha feito uma declaração de voto, mas sim uma declaração política, sendo que, para isso, este tinha de pedir a sua substituição, consequentemente tinha que ser eleita nova Mesa e aí sim transmitia a sua declaração. Acrescentou que, aquele tinha sido dos momentos mais baixos que já tinha assistido numa Assembleia Municipal, pois nunca nenhum Presidente da Mesa tinha feito uma declaração política sem obedecer à lei. -----

----- **O Presidente da Mesa** informou que a anterior intervenção iria ficar registada em ata, mas não como uma interpolação à Mesa pois, depois das declarações de voto não havia intervenções a debater, naquele caso, o que havia sido dito por algum dos membros da Assembleia. -----

----- **8. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2023.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **A Deputada Rita Bettencourt** propôs a mesma situação do ponto anterior, relativamente à questão das datas/da legalidade. Depois, referiu que não lhes tinham sido fornecidos dados que permitissem a análise daquela proposta. Questionou todos os presidentes de junta se tinham falado com os restantes membros das mesmas em relação ao aumento do IMI, bem como com a população das respetivas freguesias, se concordavam com aquele aumento. Por fim, solicitou que a votação da proposta em causa fosse nominal. -----

----- **O Presidente da Mesa** disse, relativamente à validade jurídica de como estava feita a proposta, que a resposta era a mesma do ponto anterior. Quanto à votação ser nominal, colocou à consideração dos representantes dos grupos municipais, tendo os mesmos concordado com a proposta. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** dirigiu-se à bancada do GCE e disse que, durante quatro anos, o líder da referida bancada tinha sido um dos responsáveis pela situação que estavam a passar e um dos que tinha contribuído para que as juntas passassem fome e andassem amassadas na lama e, naquele momento, quando interessava entalar as juntas, viravam-se para as mesmas, como se estas quisessem ficar com o ónus da responsabilidade, por isso, se pensavam que intimidavam as juntas de freguesia com aquelas chantagens emocionais, estavam muito enganados e deveriam era pedir desculpas. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** disse achar que o Deputado Hélio Rocha estava equivocado em algumas das coisas que tinha acabado de dizer, isto é, na composição da Assembleia Municipal não havia ninguém que tivesse que ver com a governação até ao dia em que tinham tomado posse. Lembrou que tinham tomado posse com dez por cento da votação, logo tinham a mesma credibilidade que qualquer um dos presentes. Posto isso, pediu que não fosse referida, mais vez nenhuma, que estavam a fazer chantagem emocional, pois isso era a última coisa que fariam naquele órgão. Esclareceu que estavam a colocar uma questão legítima, pois estavam a debater situações relevantes para todas as famílias e para todas as empresas, apenas isso. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que o Deputado Hélio Rocha tinha razão, pois durante quatro anos o antigo vice-presidente da Câmara tinha deixado as juntas de freguesia a pão-e-água, isto porque, apesar de não assumir, não tinha dinheiro. De seguida, disse ao Deputado Bruno Borges, que o grupo que este representava tinha dois antigos vereadores do PS na composição da sua lista à Câmara Municipal, por isso, querendo ou não, o GCE tinha sempre aquele cunho. -----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra para colocar as mesmas questões que tinha colocado no ponto anterior, relativamente à tomada de decisão de apresentação da proposta em causa. Quanto à intervenção da Deputada Rita Bettencourt, disse que era mau quando se achava que os presidentes de junta não sabiam as consequências, qualquer que fosse a medida, de se aumentar os impostos. Informou que, não tinha problema nenhum em assumir eventuais consequências políticas e quando os lajenses não o quisessem na junta de freguesia ia para casa, mas naquele momento estava a pensar no futuro, futuro este que provinha de um passado criado pelo PS e por pessoas deste que se encontravam no GCE. Acrescentou que, podia estar errado e seria o primeiro a admitir isso mesmo, mas devido ao que assistia em outras câmaras municipais, que tiveram de passar por uma reestruturação financeira, era essa a sua opinião. Posto isso, questionou o GCE qual a alternativa/solução que tinham para aquele problema. -----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio para alertar, uma vez mais, as consequências nefastas que aquela medida teria nas famílias do concelho. De seguida, questionou como passaria a ser o futuro das pessoas, que estavam a ter graves dificuldades em sustentar a atual situação, com a aplicação daquela medida. Lembrou que se tinha acusado o PS de não apresentar alternativas, mas se consultassem as atas das reuniões de Câmara, viam que os vereadores do PS já o tinham feito. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** usou da palavra e disse que não interessava o rótulo que lhes era atribuído, mas sim o que era feito e dito pelos membros do GCE naquela Assembleia. Relembrou que tinham sido os primeiros a dizer que a situação da Câmara não era boa e que os responsáveis por isso respondessem perante a autoridade. Acrescentou que, ao longo das sessões da Assembleia tinham apresentado soluções e iam continuar a fazê-lo, pois era para isso que estavam ali, ou seja, para defender os praienses. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu, ao Deputado César Toste, dizendo que o aumento em causa representava, para as contas do município, setecentos e sessenta mil euros e que o que era certo era que não podiam passar sem aquela receita, apesar de saberem e terem sensibilidade social suficiente para valores que seriam difíceis das famílias assumirem. Á semelhança do anterior ponto solicitou a colaboração de todos e alertou para a importância daquelas medidas. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio para esclarecer que estavam a dar a sua opinião, por isso, não era preciso se ofenderem com a mesma porque era uma discussão normal em vida política. Informou que, jamais poderiam apoiar aquela opção, pois tal como a anterior, era uma opção política e uma forma de honrar e muito as famílias do concelho. Concluiu dizendo que aquele ponto traria reflexos claros na vida das pessoas e alguém ter que entrar em incumprimento na sua vida era grave. -----

----- **O Deputado César Toste** dirigiu-se ao Deputado Valter Peres dizendo que este, em seu nome e em nome do PS, deveria pedir desculpa aos praienses pela forma como tinham deixado o município e solicitou a apresentação de soluções por parte da referida bancada. -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse achar que o Deputado César Toste estava a tentar arranjar uma solução para uma inquietude/dificuldade que tinha, mas tinha que viver com isso e, por si, votariam contra. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** informou que iam votar contra, porque era o mais sensato fazer e era um ato de responsabilidade. De seguida, disse que o que o Deputado Valter Peres deveria fazer era pedir desculpas pela forma como o PS tinha deixado o município e os munícipes da Praia. -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que até ali tinha estado a manifestar a sua opinião e que aquela era a primeira vez que se dizia que o PSD ia votar contra, isto por ser um ato de responsabilidade. Posto isso, questionou o que representava a apresentação daquela proposta. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** lembrou a função da Assembleia Municipal, ou seja, disse que a Câmara tinha o direito de apresentar as propostas que entendia e estas não eram da responsabilidade dos deputados municipais, mas era da responsabilidade destes avaliar e votar as mesmas e era isso que estavam ali a fazer. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** disse que, efetivamente iam votar contra, isto porque a Sra. Presidente não merecia passar por aquilo, percebiam toda a boa vontade da mesma, sabiam que estava a fazer um trabalho extraordinário, mas não podiam deixar que fosse ela, conjuntamente com aquela bancada, com os praienses e com as empresas a arcar com as responsabilidades, quando elas estavam perfeitamente identificadas. -----

Concluiu informando que o voto contra era para proteger as pessoas já referidas e para que quem tinha causado aquele problema fosse responsável. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que quem tinha apresentado a proposta em análise, tinha-o feito de uma forma muito responsável, mesmo sabendo o quanto seria impactante nas famílias, mas precisavam muito daquele valor para fazer fase ao orçamento que tinham para trabalhar. Disse que, teriam uma situação muito sensível para trabalhar, ou seja, fazer a correção daquele orçamento, mas o que era certo era que a posição daquele executivo era muito responsável e iam fazê-lo as vezes que fossem necessárias. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi rejeitada por maioria, com trinta e um votos contra, doze do PPD/PSD, três do CDS-PP, catorze do PS e dois do GCE e um voto a favor do PPD/PSD.**-----

----- **O Deputado Filipe Rocha** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Enquanto Deputado Municipal do PSD, à semelhança do que fiz no ponto anterior, percebo e estejamos todos conscientes de que provavelmente serão inevitáveis os aumentos de impostos que nos vão ser impostos mais à frente no plano de reestruturação, de qualquer forma, há de haver um momento em que isso aconteça. Vão impor-nos sacrifícios e esses sacrifícios vão ser para todos, mesmo para aqueles que os vão receber injustamente, por exemplo nós, que ao longo dos anos combatemos o indevidamente excessivo, combatemos a gestão danosa do PS, combatemos a irresponsabilidade da gestão da coisa pública. Criou-se um ciclo injusto em que o PS gasta o que não tem, gasta o futuro, gasta tudo e mais alguma coisa e, depois, vem o PSD e o CDS arrumar a casa, arrumar tudo para que depois se retome o ciclo de gastos, isto tem que acabar um dia. Portanto, nós entendemos que, ainda assim, há uma necessidade maior de discussão sobre esta matéria e, por isso, votei contra.” -----

----- **O Deputado César Toste** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Eu voto a favor porque, considerando a situação real do município e o que nós teremos que enfrentar no futuro, acho que as medidas têm que ser feitas neste momento para que a gente não tenha que sofrer ainda muitos mais anos as consequências negativas relativamente a esta situação que nos foi deixada pelo PS. Nesta declaração de voto, também peço para que, a nível da Câmara Municipal, atendendo a que tudo o que eventualmente for negociação com o FAM, que estas fossem as primeiras medidas a serem revertidas, no sentido que, as nossas famílias, as nossas empresas, que não têm culpa desta situação que nos foi deixada no colo, não sejam mais prejudicadas relativamente a esta situação.” -----

----- **“O Deputado John Borges** apresentou a seguinte declaração de voto:” -----

----- “O meu voto foi contra porque, e já estava para ser, não foi o Sr. Valter que me convenceu, tudo o que fosse contra a minha freguesia, embora a gente saiba os problemas que a Câmara tem, mas a Sra. Presidente está aqui só há um ano, não pode levar isto tudo às costas, sozinha. Eu acho muito mau os contribuintes do concelho da Praia da Vitória é que irem pagar as asneiras feitas para trás, eu não vou dizer do PS para não ofender ninguém, mas alguém foi e isto é muito mau, e muito menos os

contribuintes da Fonte do Bastardo, porque eles votaram em mim, para alguma coisa foi e eu não sou presidente telecomandado, já estava para votar contra antes. O Hédio falou aqui há bocadinho de uma proposta, que por acaso eu também soube, um presidente de junta que tem coragem, de votar contra vir cinco mil euros para a sua freguesia era um desastre. Quem vota num presidente de junta para ir para uma Assembleia da Câmara, eles proporem cinco mil euros para a freguesia, mas carregam no comando e dizem “tens que votar contra” e ele vota contra vir cinco mil euros para a sua freguesia é uma coisa muito triste. Tenho pena de ter votado contra, vamos ver o que vai acontecer, mas Sra. Presidente, simplesmente pelo respeito que tem tido com a Fonte do Bastardo, só isso porque resolveu num ano problemas que levaram anos para resolver e eu não vou falar novamente, foi falado na Vila Nova e eu não vou falar, dou os parabéns, mais uma vez, à Sra. Presidente, pelo trabalho que está a desempenhar e não pode levar tudo às costas, há coisas que, se calhar, se podia resolver, também quero dar a razão ao Sr. Valter, há coisas que se calhar com pouco dinheiro se podia fazer, mas isso é uma opção dela, mas há coisas que estão muito mal e a culpa é de alguém, vocês não me digam que esse dinheiro evaporou. Nunca se fala aqui em cem, nem duzentos, é sempre em milhões, esse dinheiro será que evaporou? Será que foi para as nuvens? Se foi para as nuvens, ao que tem caído de água isso já tinha caído tudo na terra!” -----

----- **O Deputado Valter Peres** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Eu votei contra por convicção e sublinho que aqueles que me chamavam de irresponsável, acabaram por responder da mesma maneira, dizendo que são responsáveis. Estranho, eu sou irresponsável por votar contra, o Sr. é responsável por votar contra, muito estranho, mas eu convictamente digo que votei contra pela minha convicção.” -----

----- **O Presidente da Mesa** informou que a sua declaração de voto era a mesma que havia apresentado no ponto anterior. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “O CDS votou contra na convicção de que os tempos que se aproximam serão muito penosos para as nossas famílias e nós temos que ter esse lado humano e atender à saúde financeira dos habitantes do nosso concelho. Se isso implicar prolongar o período de reestruturação financeira, pois que seja, se não for feita em cinco anos há de ser em dez, se não for em dez há de ser em quinze e se não for em quinze, há de ser em vinte, porque de uma coisa nós seremos responsáveis, seremos responsáveis pela reestruturação de desmandos que outros fizeram no passado e que nos trouxeram a este ponto de necessitarmos de fazer uma reestruturação. Portanto, este é o momento das pessoas, de olharmos para os nossos concidadãos, darmos as mãos e aliarmos o que for possível, o que estiver ao nosso alcance, aliviar o próximo ano, o que vier a seguir cá estaremos para analisar e para votar em consciência naquele que for o quadro circunstancial desse momento. Deixar uma palavra ao executivo camarário, o executivo camarário está fazendo aquilo que é esperado que faça e que é exigido que faça, o facto de votarmos contra não significa que rejeitamos ou que estamos contra o trabalho executado pelo executivo, mas o executivo é isso mesmo, um executivo e nós somos

uma assembleia política e, portanto, ao executivo aquilo que é da gestão diária, á assembleia aquelas que são as opções políticas.” -----

----- **O Deputado João Ávila** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “O meu voto contra também é consciente, ir contra a minha ideologia, fazer arrecadar-se dívida através de aumento de impostos. A Câmara Municipal da Praia da Vitória e todo o concelho, veem-se confrontados com uma situação catastrófica, derivado da gestão completamente irresponsável dos dois últimos executivos camarários. Esta auditoria, não trazendo propriamente nenhuma novidade em termos de dívida porque era já sabido de todos o sub-individamento da Câmara Municipal, veio mostrar-nos a urgência de um novo rumo de sustentabilidade para a nossa Praia, um rumo que rompa com os malabarismos financeiros que aqui se praticavam para o acumular de dívida em cima de dívida sem a mínima noção de futuro, mas é também preciso ter em conta o presente e o difícil período de impostos altíssimos que atravessamos. É preciso ter em conta que mais um aumento de impostos, e no caso do IMI para a taxa máxima vai ser muito difícil suportar pelas famílias, tal como a derrama pelos comerciantes, mas saber de antemão da inevitabilidade de uma reestruturação financeira que esta má gestão nos trouxe. Confiamos em si Sra. Presidente e na capacidade que lhe reconhecemos para mais este esforço, no sentido de minorar o peso que estas taxas, no seu máximo, terão no orçamento dos praienses.” -----

----- **A Deputada Raquel Mendonça** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Sra. Presidente, deixou-nos claro que apresentou esta proposta como única alternativa e dizer-lhe que, em tom da minha consciência e nesse trâmite, teria desde o início de votar contra e este contra não é contra si, é apenas contra esta proposta, da forma como nos traz e da forma como ela desce à Assembleia. O aumento de quarenta e cinco por cento, traduzido em quase metade daquela que é a atualidade paga nesta taxa e sabendo que o Porto Martins, como freguesia, é uma das cinco no aumento da população, a nível da ilha Terceira, e uma das duas no aumento da sua população a nível do concelho da Praia da Vitória, onde se tem vindo a sedear várias pessoas, onde se perspetiva a continuidade da entrada dessas pessoas na nossa freguesia, o que pedimos é que esta consideração seja baixar a audiência, que se auscultem as pessoas e que, em caso de ser única alternativa, atendendo a que esta foi a única alternativa que se apresentou, de que forma pode ser feita, se de forma gradual, mas que, pelo menos, se auscultem os comerciantes, se auscultem, neste caso, a população com casa fixa, os arrendatários e de que forma essa proposta possa ser novamente elaborada e trazida à Assembleia.” -----

----- **O Presidente da Mesa**, eram vinte horas e vinte minutos, interveio e propôs que se fizesse um intervalo, o qual foi aceite.-----

----- Pelas vinte horas e quarenta minutos reiniciaram-se os trabalhos.-----

----- **9. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2023.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse compreender a taxa de inflação, mas gostaria que a Sra. Presidente tivesse tido a atenção de, embora a lei falasse na referida taxa como um parâmetro para aumento, criar um travão que permitisse não haver o aumento em causa, mas sim um aumento mais baixo.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, doze do PPD/PSD, dois do CDS-PP e dois do GCE e catorze votos contra do PS.**-----

----- **10. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA, PARA O ANO DE 2023.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Valter Peres** questionou como podiam votar um orçamento se as receitas previstas já não eram as mesmas.-----

----- **O Deputado Filipe Rocha** esclareceu que o objetivo nunca tinha sido colocar o orçamento em causa, mas sim duas medidas muito específicas para as quais tinham pedido retificações. Concluiu dizendo que um orçamento retificativo haveria de ser apreciado, mas no geral concordavam com o que estava em discussão.-----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** interveio e disse que, tendo em conta que dois pontos daquela ordem de trabalhos tinham sido rejeitados e que iam retificar o orçamento, nunca poderiam aprovar o mesmo sem apreciar a referida retificação.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** questionou o PS sobre quais as propostas a apresentar para cortar na despesa.-----

----- **O Deputado Valter Peres** lembrou que não tinha sido eleito para apresentar soluções e que os vereadores do seu partido já o tinham feito. Voltou a questionar como podia avaliar um orçamento que tinha deixado de ter determinadas receitas. Informou que, após análise das respetivas alterações ao orçamento veriam como votar o mesmo.---

----- **O Presidente da Mesa** explicou que o orçamento sendo aprovado e depois retificado, era trazido novamente à Assembleia para respetiva aprovação.-----

----- **O Deputado Luís Vieira** dirigiu-se ao Deputado Valter Peres questionando qual a solução.-----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que sabia que o orçamento retificativo tinha que ser submetido a votação, mas achava que não estava correto estarem a aprovar um documento que já se sabia não estar certo, ou seja, os documentos que tinham analisado não correspondiam à realidade, tendo em conta a votação dos anteriores pontos.-----

----- **O Presidente da Mesa** disse que o orçamento tinha sido entregue e que a Assembleia se ia pronunciar sobre isso mesmo. Explicou que quando as propostas são apresentadas na Assembleia Municipal, são aprovadas, retificadas ou recusadas o que implica que à posteriori a Câmara deve ter sempre um orçamento em que a receita e a despesa seja igual. Acrescentou que, naquele dia não iam votar nenhuma retificativa, só depois o iam fazer, isto é, a despesa ia ser ajustada à receita que ia ser votada nesta

Assembleia e era esta, com os poderes que tinha de dizer se aprovava ou não aprovava, que faria também o orçamento retificativo apresentado pela Câmara Municipal. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** interveio e lembrou que tinham acabado de retirar receita ao orçamento, por isso, se deixava de haver receita ia haver mais despesa não contemplada. Posto isso, disse não saber se juridicamente poderia aprovar aquela proposta, tal como não se sentia confortável de o fazer sabendo que aquela receita tinha desaparecido. -----

----- **O Presidente da Mesa** referiu que um orçamento era feito sob a forma da despesa e sob a forma da receita no mesmo patamar. Se a Assembleia aprovava, ou não o que vinha do lado da receita, fazia com que a Câmara tivesse, ou não, que apresentar uma retificação ao orçamento que era aprovado na Câmara Municipal. Esclareceu que, juridicamente, o que era feito era a Assembleia pronunciar-se sobre o que estava a ser apresentado e em caso de surgimento de alterações, a Câmara era obrigada a apresentar novo orçamento retificativo, para ser votado, em que a receita fosse de acordo com a despesa. Concluiu dizendo que era parte das competências da Assembleia, aprovar ou não, as propostas apresentadas pela Câmara Municipal. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** interveio e disse que corroborava das palavras do Presidente da Mesa, pois se tecnicamente não pudessem votar um orçamento depois de ele ter sido amputado de determinada receita, não fazia sentido terem votado os pontos sete e oito e só depois o orçamento. Disse que, dali a dois meses estariam a votar o orçamento retificativo, trazido pela Câmara Municipal e aí sim haveriam de o discutir. Posto isso, referiu que para aumentar a discussão e para enriquecer o que tinha que ser feito, fase às opções tomadas pela Assembleia, pediu às bancadas para apresentarem soluções, pois só assim, com todos a contribuir poderiam chegar a um consenso. -----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra e disse achar muito mais sensato aquele ponto ter sido retirado da ordem de trabalhos e ser trazido na próxima sessão da Assembleia Municipal. Acrescentou que, a proposta em análise, mesmo sem a aprovação dos dois pontos rejeitados, trazia desinvestimento no concelho e quanto à apresentação de soluções, mencionou que o manifesto eleitoral daquela bancada tinha sido rejeitado, por isso, quem tinha que tomar as decisões era o PSD e o CDS e se estes não estavam ou não se sentiam preparados para tal, não se tivessem candidatado. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** realçou uma questão, isto é, na lógica da bancada do PS uma oposição não devia dar proposta, apenas criticar e botar abaixo e este não era o entendimento que a bancada do PSD fazia da oposição, não era política, nem era isso que servia as pessoas que os tinham elegido. -----

----- **O Deputado Valter Peres** repetiu que os vereadores do PS já tinham apresentado soluções, por diversas vezes. Acrescentou que, o que mais se notava naquele orçamento era a falta de estratégia/rumo e isso era o que mais o prendia na atual gestão. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** repetiu que, fase à recusa das duas medidas que teriam valores contemplados em orçamento, eram obrigados a retificar o mesmo. Lembrou que o orçamento já era bastante reduzido e, por aquilo que diziam não transpunha nada de positivo, mas uma coisa era certa, sem dinheiro era muito difícil

trabalhar, tinham que ver muito bem onde cortar, porque se a situação já era complicada, imagine-se com uma redução de custos. Disse que tinham situações que ainda poderiam vir a ser benéficas para a Câmara e uma vez que já estavam aprovadas antes da aprovação daquele orçamento, fariam por trazer um orçamento retificativo, com os valores acertados coadunados entre a receita e a despesa, sendo certo que tinham que cortar despesa e se já sabiam que iam fazer pouco, agora ainda iam fazer menos. Concluiu dizendo que depois não lhes dissessem que queriam ver acontecer, quando não havia dinheiro, pois tinham que fazer as coisas de forma equilibrada e era isso que ia ser feito.-- -----

----- **O Deputado Bruno Borges** interveio e disse que era difícil votar aquele orçamento e que gostava de perceber se a Sra. Presidente se sentia confortável com a Assembleia votasse um orçamento que tinha que ser retificado e mesmo sem saber se ia conseguir os valores necessários. Informou que estavam disponíveis para colaborar com a apresentação de sugestões e que, de certeza, que as restantes bancadas também estavam. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** repetiu que tinham que fazer uma retificação, um reajuste e tinham que ver valores que poderiam vir a angariar e que não estavam contemplados e cortar, porque nalgum sítio tinham que cortar. Relembrou que tinham contratos programas com as freguesias, protocolos com a Praia Ambiente e com a Cooperativa Praia Cultural que poderiam ter que ser cortados. Referiu que, tal como já tinha dito não podiam ter o melhor dos dois mundos e tinham proposto aquelas medidas, embora desastrosas para a maioria dos munícipes, porque efetivamente precisavam delas. Solicitou que lhes dessem a liberdade de fazer a retificação e de trazer as propostas de onde se podia cortar. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** alertou para o facto de não se estar a discutir o orçamento, mas sim uma frustração, quer do PS, quer do GCE, uma vez que lhes tinha corrido mal a votação dos pontos sete e oito da ordem de trabalhos. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que era preciso haver respeito institucional por aqueles que já ali tinham estado. Relativamente à votação ter corrido mal, informou que estava contente porque o IMI tinha caído e a estratégia de que se falava era de políticos profissionais, o que não era o caso. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** referiu que antes de haver o respeito institucional, devia haver o respeito pelos outros e este começava por gerir bem a causa pública e o que tinham era um município falido e era isso que estava em causa e era por causa disso que o orçamento só tinha dezoito milhões de euros. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que poderia dar uma lista de propostas mas, como dizia o Sr. Deputado do Grupo de Independentes, podemos falar noutro fórum, com outra calma. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, treze do PPD/PSD e três do CDS-PP, doze votos contra do PS e quatro abstenções, duas do PS e duas do GCE.** -----

----- **O Deputado Marco Toste** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Eu absteve-me neste orçamento porque, sinceramente, com toda esta discussão e questões levantadas, não me sinto confortável, nem para votar contra, nem a favor. Eu sou presidente de junta de São Brás, defendo os interesses da minha freguesia, este orçamento contempla, sem dúvida nenhuma, receitas muito importantes para a freguesia de São Brás, mas não vendo esclarecidas todas as questões, não me sinto confortável, nem para votar contra, nem a favor, daí o porquê da minha abstenção.” -----

----- **O Deputado Bruno Borges** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Abstenho-me nesta votação e o GCE abstém-se nesta votação tendo em conta aquilo que eu disse até há pouco, ou seja, não me sinto confortável, nem o GCE, no sentido dessa votação, porque estávamos preparados para falar deste orçamento e indo no caminho durante as coisas que poderiam acontecer, desta forma não nos sentimos confortáveis e esperamos pela retificação para o fazer.” -----

----- **11. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOTA JUSTIFICATIVA REFERENTE AO MAPA DE PESSOAL 2023, DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA, ELABORADO NOS TERMOS DO ARTIGO 29º DA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** interveio e disse que aquele ponto era muito interessante, pois numa altura de grande caos financeiro, onde se anunciava despedimentos estava-se a propor dez novas contratações, não fazia sentido. Tendo em conta isso, disse que gostava que lhes fosse bem explicado a urgência dessas contratações. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explicou que aquele mapa era apresentado anualmente a par do orçamento municipal e apesar de não ser obrigatório, era importante ficar referenciado e estabelecido no orçamento anual o levantamento das necessidades que o município tinha. Explicou que o levantamento, a nível de departamentos, estava feito mas tinham algumas situações que, obrigatoriamente, tinham que estar ali contempladas para melhor resolução das mesmas, principalmente um técnico operacional e dois técnicos superiores que vinham no âmbito da internalização da AGESPI, bem como o técnico operacional na área de jardinagem que tinha sido cedido por interesse público à CPC e que já pertencia aos quadros da Câmara, mas tinham que fazer nova integração para haver o regresso. Quanto aos dois técnicos de licenciatura em direito já eram uma referenciação do ano transato, o técnico superior com licenciatura em veterinária era imperativo que fizessem aquela contratação, porque o município não tinha veterinário municipal, tal como na área funcional dos fiscais em que havia apenas um a trabalhar. Em relação à área, quer de cantoneiro, quer de coveiro, eram situações que poderiam ser regularizadas mediante situações que já estavam na Cooperativa a operar e que podiam ser absorções feitas no quadro do município, uma vez que já assumiam aquelas funções. Disse que aquelas eram situações que estavam comprovadas como necessidades, estavam acauteladas em orçamento e, apesar de poder haver alguma alteração, eram as necessidades de momento. Nos casos de internalização e de regresso à Câmara, tinham mesmo que os fazer, os processos já estavam a decorrer

porque eram situações que estavam por regularizar há já algum tempo e contavam fazê-lo no decorrer do ano dois mil e vinte e três.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** questionou que impacto aquelas contratações tinham no orçamento atual e se as mesmas estavam previstas no mesmo. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, treze do PPD/PSD e três do CDS-PP e dezasseis abstenções, catorze do PS e duas do GCE.**-----

----- **O Deputado Bruno Borges** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “O GCE abstém-se pelas mesmas razões do ponto anterior, ou seja, isto vai influenciar o orçamento, não sabemos o quanto em percentagem e isso é importante para o que vem a seguir.” -----

----- **12. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REDUÇÃO DO VALOR DO CONTRATO-PROGRAMA Nº34/GERAL/2021 REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA E A PRAIA CULTURAL.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Valter Peres** iniciou a sua intervenção informando que a bancada do PS se ia abster, tendo em conta que estava em causa libertar uma verba, mas isso não deixava de mostrar que afinal a incapacidade da CPC permitia libertar valor, afinal restavam ou não tinham sido executados seiscentos e quarenta mil euros. Posto isso, questionou o porquê de não se ter feito o Natal.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explicou que o valor referido dava para fazer muito, mas o que era certo era que nem todos os valores transferidos para a Cooperativa Praia Cultural se destinavam a desenvolver cultura e como era sabido, muito dele era para o pagamento das sociedades. Acrescentou que, naquele caso havia uma revisão em baixa, pois fase a não ter havido atividade nos últimos dois anos, naquele ano tinha havido alguma, que tinha permitido gerar receita, e devido à falta de tesouraria, por parte da Câmara, era difícil passar o valor por completo para a Cooperativa Praia Cultural e uma vez que tinha a sua situação regularizada, quer com funcionários, quer com as entidades bancárias, faziam aquela revisão em baixa. Disse que quando se dependia na totalidade do município, corria-se riscos, se a Câmara Municipal tinha dificuldade em transitar valores para a Cooperativa Praia Cultural, podiam surgir situações como aquela, mas felizmente aquele tinha sido um ano em que a CPC tinha conseguido gerar alguma receita.-----

----- **O Deputado Hélio Rocha** realçou que aquele ponto mostrava cabalmente a diferença que separava as bancadas do PSD e PS, ou seja, sobrou cerca de seiscentos e cinquenta mil e a opção da Câmara tinha sido guardar o mesmo porque se previa um ano de dois mil e vinte e três ruim, sendo que a opção do PS era gastar o mesmo. -----

----- **O Deputado Valter Peres** disse que havia uma diferença entre gastar e investir, mas aquela era uma discussão que não iam ter. De seguida, questionou se o que a Sra. Presidente havia dito era que como a Cooperativa tinha trabalhado bem e tinha tido mais receitas, então retirava-se e não se fazia o Natal.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, treze do PPD/PSD e três do CDS-PP e dezasseis abstenções, catorze do PS e duas do GCE.**-----

----- **13. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA E A PRAIA CULTURAL PARA A RESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS E INTERNALIZAÇÃO.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** disse que, do que tinha lido, os serviços da Cooperativa Praia Cultural e os pagamentos aos funcionários estavam assegurados para os primeiros cinco meses do ano e questionou se os dois pontos três que não estavam ali incluídos ou aquele orçamento ia fazer fase aos referidos meses ou se havia perspectiva de mais alguma coisa, ou seja, o que se ia desenrolar nesse sentido.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não tinham disponibilidade de transitar para a Cooperativa Praia Cultural o valor que habitualmente era transferido. Disse que, naquele momento, os dois milhões de euros que estavam assegurados para a Cooperativa, iam suportar os valores que tinham para com as entidades bancárias e com os honorários dos funcionários e como havia sido dito, durante os primeiros cinco meses, por isso, no início do ano era necessário fazer uma avaliação para se começar a fazer uma reestruturação de toda aquela situação. Informou que já tinham incitado algumas diligências no âmbito dos contratos com as entidades bancárias, para que se pudesse ter alguns benefícios face à situação que estavam a viver. Explicou que quando se dizia que era preciso, o quanto antes, ajuda externa era para salvaguardar a Cooperativa Praia Cultural, pois só envolvidos nesta estavam mais de dez milhões de euros. Disse que não podiam salvaguardar tudo e todos, pois se continuasse sem entrar dinheiro na Câmara não podiam salvaguardar aqueles postos de trabalho.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, treze do PPD/PSD e três do CDS-PP e dezasseis abstenções, catorze do PS e duas do GCE.**-----

----- **O Deputado Valter Peres** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Dizer que nós nos abstivemos apesar de não estar claro, de forma nenhuma de que se trata esta reestruturação. Não está claro, não sabemos, era bom saber, mas se era uma proposta de apoio à CPC, obviamente nunca seríamos nós a inviabilizá-lo.”-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Deve ser do adiantado da hora, mas se eu bem me recordo, ainda esta tarde eu referi que em dezembro de dois mil e vinte foi iniciado um processo de reestruturação e internalização da Praia em Movimento e da Sociedade de Desenvolvimento da Praia na Praia Cultural e esta, por sua vez, na Câmara Municipal e que é por causa disso que a Câmara Municipal vai ficar com excesso de endividamento, é por causa disso que a Câmara Municipal tem que recorrer ao FAM e é por causa disso que é preciso arranjar mais receita e, consequentemente, mais receita significa obrigar ou impor mais impostos e mais taxas, quer aos praienses, quer às empresas na Praia da Vitória. Portanto, trata-se

de um processo em curso, um processo iniciado pelo PS e, responsabilmente a Câmara Municipal está dando seguimento. Seria muito mais confortável optar por uma via diferente, as tais chamadas outras vias, ou outras alternativas, mas se há coisa que esta coligação e o executivo camarário podem ser acusados é de cumprirem com determinações anteriores e darem seguimento a decisões, quer de executivos anteriores, quer de Assembleias Municipais anteriores e, portanto, consequentemente, irresponsavelmente o CDS não poderia votar de outra forma que não seja aprovar esta proposta. Seria muito mais confortável para nós votar contra e dizer que não temos nada a ver com o assunto, não fomos nós que fizemos a dívida e, portanto, empurre-se com a barriga de qualquer maneira, com qualquer que seja a barriga e quando o PS voltar ao governo do município isso há de lhes cair no colo, já que foram eles que fizeram a dívida e criaram os problemas, eles que resolvam na altura. Ora, isso não é uma atitude responsável, não é isso que se espera dos nossos eleitos, que exerçam o seu mandato com responsabilidade. Responsabilidade é assumir as decisões, assumir as posições, mesmo que isso nos custe e mesmo que estejamos contra elas, porque não é de ânimo leve, não é com alegria que estamos aprovando estas medidas, se dependesse de nós isto não era assim, se estivesse na nossa mão decidir fazer de outra maneira sem consequências nenhuma, isto era muito diferente e quando o PS voltasse ao governo, porque há de voltar, é o ciclo natural da democracia, que resolvesse, já que fez a dívida que a pagasse nessa altura. Mas, infelizmente o mundo não é assim que gira, o mundo já vai girando há muitos anos e está na hora de na Praia da Vitória isso deixar de estar em “*spin off*”, porque efetivamente isto não é caminho.” -----

----- **O Deputado César Toste** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

-----“Eu votei a favor porque, no âmbito da reestruturação financeira, falar de pessoas também é difícil e na responsabilidade social que este executivo também se propõe é importante falarmos da forma como os funcionários da Câmara Municipal, da Cooperativa Praia Cultural e da Praia Ambiente estão a ser tratados. É de agradecer a forma como o executivo tem tratado a situação dos funcionários, de forma cautelosa, não de forma alarmista no sentido de anunciar que vai haver despedimentos, porque não foi o PSD nem o CDS-PP que vieram para a comunicação social dizer que ia haver despedimentos, as coisas têm de ser tratadas de forma cautelosa. Nós todos sabemos da realidade dos quatrocentos e sessenta e um funcionários, da Câmara Municipal, Praia Ambiente e Cooperativa Praia Cultural, sabemos que uma parte da reestruturação financeira exige uma redução e que está a ser avaliado um por um e eu agradeço muito o respeito que se está a ter por esses funcionários, no sentido de não se chutar com o rabo neles, mas sim atender a cada uma das situações. É difícil, tal como aumentar impostos é difícil falar com as pessoas, encará-las e dizer que não podem continuar com os seus trabalhos, tem famílias lá, casais lá, portanto, isto é uma situação que me orgulha, no sentido de responsabilidade social que está a ser feito por esta Câmara Municipal, por isso, voto a favor sabendo que isto também é uma decisão muito difícil nos próximos tempos que se avizinham.” -----

----- **14. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA COM A PRAIA AMBIENTE, E.M. – LIMPEZA URBANA.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- **15. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA COM A PRAIA AMBIENTE, E.M. – TARIFA SOCIAL.**-----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- **16. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA 2023.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- **17. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TARIFÁRIO DA PRAIA AMBIENTE E.M., PARA O ANO DE 2023.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **18. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES DA PRAIA AMBIENTE, E.M., PARA O ANO DE 2023.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **19. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 3.º TRIMESTRE DE 2022 DA PRAIA AMBIENTE, E.M.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **20. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES DA PRAIA CULTURAL, CIPRL, PARA O ANO DE 2023.**-----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- O Deputado **Valter Peres** interveio e disse que não podiam deixar de sublinhar que se tinha feito e trazido àquele órgão para conhecimento um plano de atividades que era, praticamente igual ao do ano passado, mas reduzindo dois vírgula cinco milhões de euros de transferência, ou seja, não havia projeto, não havia coerência, não havia um trabalho de fundo.-----

----- O Deputado **Bruno Borges** questionou o que havia influenciado para haver um aumento na rubrica dos juros e na rubrica fornecimento e serviços externos.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o valor dos juros apresentava-se sob a forma de estimativa, não tinham o valor real. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** lembrou a questão sobre a rubrica fornecimento e serviços externos. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que os valores diziam respeito aos gastos correntes, menos pessoal, ou seja, tudo o que eram juros, mercadoria, tudo o que pudesse estar inerente às despesas fixas da Cooperativa Praia Cultural, menos os impostos. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** lembrou que no ano passado a Cooperativa, à exceção das atividades natalícias, trabalhou, funcionou e pagou os ordenados e os serviços externos eram trezentos mil euros. Por isso, perguntou o que se previa que esta fosse gastar mais em fornecimentos de serviços externos. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que aquele valor dizia respeito às creches, Atl's, às despesas com o Outono Vivo, com atividades que iam ser dinamizadas mediante o mesmo. Não nos podemos comprometer com o mesmo número de atividades que vinham a ser desenvolvidas, mas era importante acautelar algum desse valor para aquela atividade. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** interveio e disse que estavam a falar de um aumento de gastos a fornecimento de serviços externos, mas se o ano passado tinha uma rubrica com trezentos mil euros para esse fim, o que é que ia acontecer, em dois mil e vinte e três, para haver um aumento de mais trezentos mil euros, perfazendo assim seiscentos mil euros, ou seja, não havia uma contenção, mas sim um aumento. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a transferência de dois milhões não contemplava grande valor destinado à atividade cultural. Informou que não pretendiam parar e o que era certo era que perante as atividades tinham que fazer algum investimento e tendo a noção que tudo estava a aumentar havia uma estimativa, para permitir alguma movimentação em termos culturais. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **21. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 3.º TRIMESTRE DE 2022 DA PRAIA CULTURAL, CIPRL.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** questionou se a AGESPI tinha alguma coisa que ver com a Cooperativa, a que se referia, que funcionários contemplava e o que faziam. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que AGESPI era a entidade gestora da zona industrial do Cabo da Praia e inerente a ela estavam três funcionários, um jardineiro e dois técnicos superiores, que sempre tinham feito a referida gestão. Explicou que, durante o ano de dois mil e vinte e um, se iniciou um processo de dissolução em que as três entidades detentoras da mesma entenderam chegar a um consenso, em que a Câmara de Angra tinha prescindido da sua posição naquela mesma associação, bem como a Câmara de Comércio, ficando da Câmara da Praia como única entidade gestora. Informou que era necessário fazer a internalização do seu património, bem como dos seus funcionários. Acrescentou que, à mesma data que tinha sido

proposta aquela dissolução existia, além do património que a empresa detinha, alguns valores das rendas que algumas das empresas lá sediadas pagavam como mensalidade, mas na ata em que foi proposta e aceite a dissolução, as Câmaras Municipais prescindiram do valor que lhes cabia, ou seja, quinhentos e trinta mil euros no total, a favor da Câmara de Comércio. Informou ainda que, até à data não tinham tido qualquer tipo de lucro porque ainda não estava completamente internalizada, estava a ser trabalhada para isso, mas ainda não estava concluído e logo aí poderia ser uma nova fonte de receita.-----

----- **O Deputado Hélio Rocha** concluiu, das palavras da Sra. Presidente, que o valor que a AGESPI detinha tinham sido dados à Câmara de Comércio e os funcionários, que acarretavam despesa, tinham ido para a Câmara da Praia. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **22. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2023 E TARIFÁRIO PARA 2023 DA TERAMB, EM.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **23. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA PARA 2023 A CELEBRAR ENTRE A TERAMB E OS MUNICÍPIOS DE ANGRA DO HEROÍSMO E DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, treze do PPD/PSD, três do CDS-PP e catorze do PS e duas abstenções do GCE.- -----

----- **24. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 2.º TRIMESTRE DE 2022 DA TERAMB – EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ILHA TERCEIRA, EM.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **25. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 3.º TRIMESTRE DE 2022 DA TERAMB – EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ILHA TERCEIRA, EM.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **26. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE CANDIDATURA AO PROGRAMA 1.º DIREITO, A ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO (ELH), DE ACORDO COM O PLANO DE ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Valter Peres** iniciou a sua intervenção informando que iam votar a favor, mas não podia deixar de explicar algumas coisas, ou seja, aquele era um processo que mostrava claramente o que vinha sendo a gestão da Câmara Municipal da Praia da Vitória, que não aproveitava as oportunidades de, por exemplo, se candidatar à dita Bazuca – PRR, isto porque a Sra. Presidente achava que era necessário ter os quinze por cento a que os projetos europeus obrigavam, mas naquele tipo de projeto não havia remanescentes, pois era a fundo perdido. Disse que a Sra. Presidente estava tanto focada na dívida que se esquecia que se podia realizar projetos, angariar fundos, trabalhar pela positiva e era disso que tinham estado ali a falar. Repetiu que iam votar a favor e esperavam que não viesse assim tão tarde, porque como bem sabiam a Terceira estava com falta de mão-de-obra e os projetos que não fossem executados, não o eram. Disse, ainda, ser pena a proposta vir sem nenhuma intenção, sem um trabalho realizado, apenas com um levantamento feito pelo anterior executivo. Concluiu dizendo que, apesar daquele imenso atraso e embora incompleta, esperavam que a candidatura pudesse ser aprovada, porque muito precisava a Praia da Vitória de investimento. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que tinham andado a correr atrás do prejuízo e, se calhar, ainda iam bem a tempo, porque realmente ainda existia uma preocupação, pois a par de toda a avaliação que já tinha sido feita daquele processo, poderiam ter de recorrer a um empréstimo bonificado que era contemplado através daquele programa. Explicou que a candidatura só aparecia naquele momento porque incluía áreas e imóveis que não pertenciam à Câmara, logo ia ser chumbada, daí terem estado a retificar a mesma. Informou que, já tinha sido feita uma primeira avaliação pelo IHRU e até já havia uma avaliação do valor de compromisso referente ao que havia sido apresentado, ou seja, quatro milhões, duzentos e vinte e nove mil euros. Concluiu dizendo que, se obrigatoriamente tivessem que aceder ao referido empréstimo, iam justificar o mesmo com o programa em discussão, para que lhes pudessem dar aquela oportunidade e não perderem o recurso à candidatura em causa. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que aquele programa dava para muito mais do que o referenciado pela Sra. Presidente e que era pena, esta não ter sido alertada mais cedo que aquela candidatura era a fundo perdido. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **27. NOMEAÇÃO DE UM CIDADÃO, PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa o nome da Deputada Vânia Oliveira e questionou os presentes se havia mais alguma proposta. Não havendo mais propostas, procedeu-se à eleição por escrutínio secreto. -----

----- **A Deputada Vânia Oliveira foi eleita com trinta votos a favor e dois votos em branco.** -----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:** -----

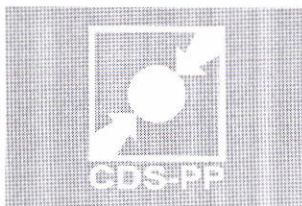
----- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** -----

----- Terminados os trabalhos, eram vinte e três horas e quinze minutos, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da quinta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e dois, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. -----

Ass: _____

Ass: _____



Voto de Louvor a Gualter Miguel Ávila da Silva pelo 2º Prémio no X Concurso Nacional de Composição pela Banda Sinfónica Portuguesa

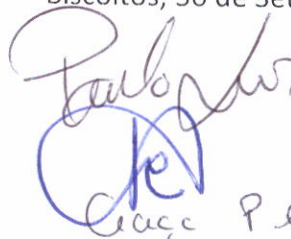
Gualter Ávila da Silva, filho da cidade da Praia da Vitória, deste Concelho, recebeu no passado dia 11 de Setembro de 2022 o 2º Prémio no X Concurso Nacional de Composição pela Banda Sinfónica Portuguesa, na sala Guilhermina Suggia da Casa da Música na cidade do Porto.

Foram júris do concurso Luis Carvalho, compositor convidado da Banda Sinfónica Portuguesa na temporada 2022, Daniel Martinho, Compositor convidado e Francisco Ferreira, maestro e diretor artístico da Banda Sinfónica Portuguesa. Três reconhecidas individualidades do panorama musical português.

Este prémio reconhece a mestria na composição musical que tão jovem músico tem. Das suas semínimas, colcheias e semicolcheias ecoaram a sua obra "Inertia Symphonia" pelas salas de tão nobre espaço da cidade do Porto. Executado pela Banda Sinfónica Portuguesa a sua obra de arte é um orgulho para todos os praienses, terceirenses e Açoreanos. Todos nós sentimos orgulho pelo feito alcançado que enaltece o nome da Praia da Vitória.

Assim, e de acordo com o regimento da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, os Grupos Municipais do PSD e CDS/PP propõem voto de louvor a Gualter Miguel Ávila da Silva pelo 2º Prémio no X Concurso Nacional de Composição pela Banda Sinfónica Portuguesa. Deverá ser dado conhecimento da presente proposta ao laureado e à Junta Assembleia de Freguesia de Santa Cruz.

Biscoitos, 30 de Setembro de 2022


Paulo Pereira





Voto de Louvor

A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, constituída no ano de 1975, sedo se afirmou no panorama desportivo local, contribuindo para o desenvolvimento e salutar ocupação dos tempos livres dos jovens daquela freguesia. A prática constante do voleibol, o crescente número de atletas e a conquista de vários troféus justificaram a necessidade de construção de um pavilhão, dando assim um espaço condigno à modalidade.

O pavilhão foi inaugurado no ano de 2005, com o nome de Pavilhão Municipal Vitalino Fagundes. Nada mais justo, por ter sido ele o grande impulsionador, quem, com mestria, presidiu aos destinos da Associação de Jovens durante largos anos, contribuindo para levar o nome da Fonte do Bastardo, da Terceira e dos Açores além das fronteiras da região.



Porém o uso e a inclemência do tempo encarregaram-se do desgaste daquele espaço que, não apresentando condições de utilização ficou encerrado durante quatro anos, obrigando a que os atletas da equipa principal e dos escalões de formação se deslocassem para outros pavilhões onde pudessem efetuar os treinos, com grande esforço da direção e custos acrescidos para a associação.

A requalificação das instalações, obra há muito ansiada pelos habitantes da freguesia ficou, finalmente, concluída em setembro deste ano, resultado de um esforço conjunto Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo e do atual executivo da Câmara Municipal da Praia da Vitória, estando, agora, pronto para servir a comunidade em condições de segurança.

Assim, de acordo com o regimento da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, os Grupos Municipais do PSD e do CDS/PP propõem um voto de louvor à Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo e à Câmara Municipal da Praia da Vitória pela obra de requalificação do Pavilhão Municipal Vitalino Fagundes.

Deverá ser dado conhecimento da presente proposta à Câmara Municipal da Praia da Vitória e à Junta de freguesia da Fonte do Bastardo.

Fonte do Bastardo, 27 de dezembro de 2022


 Jânia Oliveira
Paulo Silva

Voto de pesar pelo falecimento de Alvarino Pinheiro

Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro, nascido a 22 de abril de 1950 na freguesia de Santa Cruz na cidade da Praia da Vitória, faleceu no passado dia 4 de dezembro aos 72 anos de idade.

Licenciou-se em economia pela Universidade Técnica de Lisboa, no ano de 1974. Nos anos subsequentes foi professor de matemática na Escola Preparatória Ciprião de Figueiredo, professor de geografia no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, onde havia sido aluno, colaborou com a Escola do Magistério Primário dessa cidade e foi Monitor do Curso de Gestão de Empresas da Universidade dos Açores, no Pólo de Angra do Heroísmo. Foi Assessor Principal e Diretor do Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores e consultor económico e financeiro de diversas empresas e entidades.

Exerceu o mandato de deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores desde a primeira legislatura, em 20 julho de 1976, até agosto de 2005 quando se retirou da vida política ativa. Foi eleito pelo PPD/PSD na I e II Legislaturas e nas seis subsequentes, da III à VIII Legislatura, foi eleito pelo CDS-PP tendo sido presidente do seu Grupo Parlamentar desde 1984.

Teve um percurso parlamentar extraordinário integrando várias Comissões Parlamentares onde exerceu diversos cargos desde relator, secretário e presidente, foi Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na VI Legislatura, entre os anos de 1996 e 2000 e participou em diversas visitas da Assembleia às comunidades Açorianas dos Estados Unidos da América, Canadá, Brasil e Bermuda e foi membro de delegações e missões da Assembleia Legislativa ao estrangeiro.

Na VII e VIII Legislaturas faz-se substituir temporariamente no exercício do mandato de deputado por jovens talentos do CDS-PP criando assim oportunidades para novos quadros do partido e impulsionando o seu rejuvenescimento.

Destacou-se pelas suas convicções como um parlamentar brilhante, dotado de eloquência complementada por um humor acutilante. Reconhecido pela sua crítica ao *status quo*, mas também pela capacidade de procurar consensos, numa altura de maiorias absolutas assumiu a voz da diferença e desempenhou um papel fundamental no escrutínio aos governos. Defendeu com afincos o povo e o desenvolvimento dos Açores, tanto a nível regional, como local e associativo.

Convicto autonomista, enquanto deputado e cidadão foi uma das vozes ativas na difusão e no conhecimento sobre as autonomias insulares, tendo participado e promovido ativamente inúmeros colóquios, debates e palestras.

Pessoa com grande capacidade de análise política e social, encarava com frontalidade e optimismo os problemas reais existentes no todo regional e nas parcelas que o compõem, e apresentava soluções objectivas e concretas para o desenvolvimento social e económico da região, tendo tomado decisões difíceis, inultrapassáveis e, por vezes, incompreendidas.

Ao nível autárquico foi Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, entre 1979 e 1982 e eleito Vereador para a Câmara Municipal da Praia da Vitória nas eleições autárquicas de 1997. Preocupado com o todo regional nunca esqueceu o seu eleitorado, nomeadamente o da sua terra natal, a Praia da Vitória. Mais do que um açoriano, Alvarino Pinheiro foi um praiense consciente das potencialidades desta cidade e ciente do que de menos bom foi feito. Ao longo dos anos nunca desistiu de lutar e incentivar os mais novos a defender o que é nosso.

Foi dirigente regional e de ilha do PPD/PSD entre os anos de 1975 e 1983.

Aderiu ao CDS-PP em 1992, tendo exercido as funções de Presidente da Comissão Diretiva Regional, Presidente da Comissão Política Regional, Presidente da Comissão Política da Ilha Terceira, no âmbito nacional foi membro da Comissão Executiva Nacional e da Comissão Política Nacional, Conselheiro Nacional e Vice-Presidente do Congresso Nacional de CDS-PP.

O mérito do seu percurso público e político granjeou-lhe reconhecimento por parte dos seus pares e da sociedade em geral, nomeadamente na sua comunidade onde foi fundador e presidente do Grupo de Amigos da Praia da Vitória, fundador do quinzenário "Jornal da Praia" e seu administrador entre 1982 e 1998.

Foi fundador da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, em 1983, tendo presidido ao seu conselho fiscal. Foi igualmente presidente do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, do Lar D. Pedro V e do Salão Teatro Praiense e presidiu à Assembleia Geral do Sport Club Praiense tendo contribuído de forma decisiva para a construção do edifício da nova sede deste clube.

Membro do Instituto Açoriano de Cultura e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e sócio de várias Associações Culturais, Recreativas e Desportivas da ilha Terceira é recordado como um homem bondoso e de grande generosidade e dedicação à causa pública.

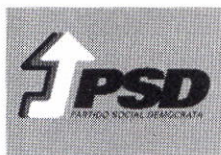
Alvarino Pinheiro foi um autonomista, um incontestável defensor da democracia açoriana e pelo seu serviço e dedicação aos Açores e à autonomia regional foi distinguido com a Insígnia Autónoma de Reconhecimento, atribuída pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no ano de 2007

No âmbito do Regimento da Assembleia Municipal da Praia da Vitoria, os Grupos Municipais do Partido Socialista - PS, Partido Social Democrata - PSD, Partido do Centro Democrático

Social Partido Popular, CDS-PP e Grupo Cidadãos Eleitores, GCE apresentam este voto de pesar pelo falecimento de Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro. Fica aqui a nossa gratidão e homenagem a quem soube transmitir o valor do diálogo e da alegria de vivermos em sociedade. Resta-nos a saudade e a vontade de seguirmos o seu exemplo na luta pelo bem comum.

Deverá ser dado conhecimento à sua família, esposa e filhos, à Assembleia de Freguesia do Porto Martins e Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Fonte do Bastardo, 27 de Dezembro de 2022



Grupo Partido Social Democrata

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

75.º Aniversário da Sociedade Progresso Lajense

No passado dia 8 de dezembro de 2022 a Sociedade Progresso Lajense comemorou as suas bodas de diamante.

Foi fundada em 30 de Junho de 1947, sendo os estatutos iniciais, de 3 de Julho seguinte, firmados por 26 nomes – de Joaquim Mendes Toste e José Cardoso Ávila, em primeiro e último, respetivamente. Os estatutos são compostos por 43 artigos, divididos em seis capítulos, visando a «cultura da música instrumental, por meio de uma banda regularmente organizada, ou quaisquer outros meios musicais ou teatrais».

No início as instalações eram constituídas por uma pequena casa e um barracão anexo. Só em 1991 é inaugurada a sede definitiva dignificando toda a atividade sociocultural desta instituição.

De todas as áreas de intervenção a Filarmónica foi o expoente máximo que deu maior visibilidade à instituição. Entre a batuta do maestro Raulino e do atual António Sousa a filarmónica continua a ser o pilar da formação humana e musical de muitos jovens e o ponto central da sua atuação.

Em 1958 criou o Baile à antiga que durou cerca de treze anos sendo seus mentores – Paulino Rodrigues e Adegina. Este percorreu toda a ilha espalhando alegria e música.

Em 1965 lançou o seu primeiro Espetáculo com uma opereta, uma comédia e um «revuete». 25 anos mais tarde o espetáculo repetiu-se com muitos dos protagonistas da primeira edição.

O teatro e o cinema foram artes que acompanharam esta instituição e que a notabilizaram durante muitos anos.

Em 1971 a Filarmónica da Sociedade Progresso Lajense fez a sua primeira viagem, viajando para o Pico afim de participar nas Festas do Bom Jesus de São Mateus.

Em 1973 formou-se o 1.º Grupo musical da SPL - "Os políticos" e em 1974 montou a bancada do salão.

A 1 de Janeiro de 1980 decorria nesta instituição uma matinée infantil, alegre, chilreante, animada por cerca de 500 crianças, quando o sismo de 1 de Janeiro de 1980 sendo que todas saíram ilesas!

Em 1981 é adquirida a imagem padroeira e colocada na fachada do salão.

Nos anos seguintes destacam-se ampliações e remodelações na sede e aquisição de equipamentos, viagens à Graciosa, São Jorge, Flores, Pico e São Miguel, a organização de danças de Carnaval como a Dança de Pandeiro "Máquina Infernal", Bailinho "Entrada Geral", Dança de Pandeiro "Muro da Vergonha", Dança de Pandeiro "Batalha da Salga ao contrário", Dança de Pandeiro – "A chegada dos Ingleses" entre muitas outras.

No ano 2001 a Filarmónica viajou até aos Estados Unidos da América onde participou nas Festas do Divino Espírito Santo da Nova Inglaterra – Fall River e lançou o seu primeiro cd.

Em 2004 fez um intercâmbio com a Filarmónica de Lagos e a instituição foi considerada pelo Governo Regional de utilidade pública.

No leque da sua atividade destaca-se a participação da sua filarmónica em inúmeros festivais musicais, a organização da Tasca do Ramo Grande na I e II Feiras da Gastronomia das Festas da Praia da Vitória e da I Semana Cultural das Freguesias.

Entre todos os factos históricos destaca-se a importância da Sociedade Progresso Lajense no desenvolvimento da Vila das Lajes.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal da Praia da Vitória reunida a dia 27 de dezembro de 2022 aprove um Voto de Congratulação à Sociedade Progresso Lajense pela comemoração do seu 75.º Aniversário.

Que do presente voto se dê conhecimento aos corpos gerentes da Sociedade Progresso Lajense, Junta e Assembleia de Freguesia da Vila das Lajes.



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

75 ANOS DA SOCIEDADE FILARMÓNICA PROGRESSO LAJENSE

“SOCIEDADE NOVA”

A Sociedade Progresso Lajense, ou Sociedade Nova como é comumente conhecida, foi fundada a 30 de junho de 1947, fruto da rebeldia e entusiasmo de um grupo de 19 jovens, com a vontade de concretizar os seus objetivos, assumindo uma rutura com o tradicionalismo vigente e, consequentemente, defendendo uma nova abordagem social e musical na época.

Dada a época em questão e as poucas capacidades económicas, estes homens construíram um barracão forrado a pano de tenda onde hoje se encontra situada a atual esplanada da Sociedade.

Para dar início à filarmónica cada fundador doou 5000 escudos para adquirir os primeiros instrumentos. Ainda assim o montante não foi suficiente, tendo sido o restante suportado por uma família da freguesia, a família Lourenço. Após a vinda dos instrumentos, juntou-se a esta nova sociedade mais um grupo de músicos vindos da já existente Sociedade Recreio Lajense, conhecida como Sociedade Velha.

Já na década de 50, mais 60 homens se tornaram sócios, tendo cada um deles doado 1000 escudos, o equivalente a um mês de trabalho. Com o contributo dos novos sócios, com as receitas do bar e com as ajudas vindas da base aérea nº4 foi adquirido um terreno e iniciou-se a construção da atual sede da Sociedade Progresso Lajense, inaugurada no dia 8 de dezembro de 1951, dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da instituição.

Atualmente, a Banda Filarmónica da Sociedade Progresso Lajense é composta por cerca de 45 elementos, tendo como maestro José Sousa, com uma atividade musical intensa nas festividades locais, nas Festas da Vila das Lajes em honra de São Miguel



Arcanjo ou nas Festas do Divino Espírito Santo, bem como em acuações e participações na Ilha Terceira.

Já realizou várias digressões a outras ilhas dos Açores, como São Miguel, São Jorge, Graciosa, Pico e Flores, bem como ao Algarve e aos Estados Unidos da América.

De realçar ainda a grande dinâmica cultural e social em torno da sede social desta instituição, no centro da Vila das Lajes, com a promoção de variadíssimos eventos em diversas vertentes, ao longo de muitos anos, sendo esta sociedade também um dos mais relevantes epicentros do Carnaval da Ilha Terceira.

Saudamos os Órgãos Sociais da Sociedade Progresso Lajense e todos aqueles que, ao longo de 75 anos, trabalharam e contribuíram para a sua construção e crescimento até aos dias de hoje, esperando que assim continue.

Com este voto, para além de fazermos um justo e merecido reconhecimento a esta Sociedade Filarmónica da Vila das Lajes, mas através da celebração dos 75 anos, homenageamos, também, todos os que se envolvem diariamente, num trabalho voluntário e abnegado, com grande esforço pessoal.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe um voto de congratulação pelos 75 anos da Sociedade Progresso Lajense, a “Sociedade Nova” da Vila das Lajes.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos Órgãos Sociais desta Instituição, à Assembleia e Junta de Freguesia das Lajes e à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Praia da Vitória, 27 de dezembro de 2022

Os membros da Assembleia Municipal

Valter A. L. 2
Filomena *MS*



Grupo de Cidadãos Eleitores “Esta é a Nossa Praia!”

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

75 ANOS DA SOCIEDADE FILARMÓNICA PROGRESSO LAJENSE

Fundada em 1947 a Sociedade Progresso Lajense ou Sociedade Nova como é conhecida, nasceu da vontade de uma geração de jovens que tinham como objectivo expandir os conhecimentos musicais.

Com os fracos recursos da altura foi num barracão que se deram os primeiros passos. Com a ajuda dos fundadores e da família Lourenço, foram adquiridos os primeiros instrumentos. Com o passar dos anos, com mais sócios, com a colaboração da BA4, foi então possível a aquisição de um terreno e iniciaram-se as obras da sede. Assim em 8 de Dezembro de 1951 foi inaugurada a sede da Sociedade Progresso Lajense.

Com cerca de 45 elementos a filarmónica tem feito intercâmbios com outras filarmónicas, o que permite a aprendizagem de novos conhecimentos e de novas realidades. As várias deslocações realizadas pelos Açores, Continente Português e Estados Unidos da América têm sido uma mais-valia e motivação para o aperfeiçoamento musical, mas também uma forma de levar a música às comunidades vizinhas e imigrantes.

Atualmente José Sousa, nascido em 1972, natural da Vila das Lajes, licenciado em Guitarra pela Escola Superior de Música de Lisboa é o maestro da filarmónica.

A Sociedade Progresso Lajense desenvolve um trabalho junto de toda a comunidade e, em particular dos jovens através da sua escola de música. É um pilar cultural fundamental da Vila das Lajes bem como do concelho da Praia da Vitória.

Por toda a dedicação de todos os dirigentes ao longo de 75 anos, pela envolvimento da comunidade na instituição, pela importância no contexto geral da Sociedade na Vila das Lajes e nas suas gentes, congratulamos a Sociedade Progresso Lajense e os seus dirigentes, pela comemoração dos seus 75 anos e apresenta-se este voto, do

qual deverá ser dado conhecimento aos Órgãos Sociais da Sociedade Progresso Lajense e à Junta de freguesia da Vila das Lajes.

Fonte do Bastardo, Praia da Vitória, 27 de Dezembro de 2022.

Pelos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores "Esta é a Nossa Praia"


(Rita Borges Bettencourt)


(Bruno Borges)



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

75 ANOS DO SPORT CLUBE PRAIENSE

No passado dia 14 de novembro o SPORT CLUBE PRAIENSE assinalou 75 anos de vida.

Corria o ano de 1947 e a então Vila da Praia da Vitória não tinha qualquer coletividade desportiva, uma vez que já haviam encerrado os três Clubes anteriormente existentes: o Santa Cruz Sport Club, o Futebol Club 11 de Agosto - conhecido como "O Rasga" - e o União Operária Praiense. Como a prática Associativa do Futebol estava em grande expansão em Angra do Heroísmo, a juventude da Praia sentia a frustração de não poder desenvolver de forma institucional a sua modalidade predileta. Neste contexto, um grupo de jovens, que se reunia habitualmente no chamado "Clube dos Caixões", contagiado pelo proprietário do estabelecimento, Sr. Francisco Carvalho, juntou poupanças e encomendou, no continente, um lote de camisolas vermelhas. Entretanto, surgiram desavenças dentro do grupo, o que levou ao surgimento de dois clubes.

Uns ficaram com as originais camisolas vermelhas - daí persistir a designação de "Vermelhos" em relação ao Sport Clube Praiense - e os outros passaram a ser "Os Brancos" por terem, posteriormente, adquirido camisolas brancas, vindo a ser formalizados como União Desportiva Praiense e que durante longas décadas protagonizaram uma intensa rivalidade.

O Sport Clube Praiense foi fundado a 14 de novembro de 1947, com sede provisória no rés-do-chão de um prédio da Rua Comendador José Carvalho. Porém, só no Diário do Governo de 11 de julho de 1949, foi publicado o Despacho que aprova os Estatutos do Clube.



O Clube organizou-se, realizou eleições e foi eleito como primeiro Presidente do Sport Clube Praiense Diogo Meneses Ávila, sendo o Presidente da Assembleia Geral Leal Pacheco.

Uma semana depois da eleição, a 11 de agosto de 1949, o Presidente da Direção solicitava à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo a filiação do Clube, o que veio a ser logo aprovado no dia 17 de agosto, estreando – se assim a primeira equipa de futebol do Sport Clube Praiense logo na época de 1949/50.

O percurso competitivo do clube é longo, com momentos relevantes que marcam a vida desta coletividade.

É possível dizer que durante a década de 60, o Praiense assume a liderança do futebol Terceirense e Açoriano, em conjunto com o Lusitânia, atingindo uma hegemonia absoluta no princípio da década de 70, quando durante três anos venceu oito provas da Associação de Futebol de Angra. Ao mesmo tempo, venceu todas as provas a nível açoriano, no triénio de 1970, 1971 e 1972, o que lhe valeu a denominação de Bi - Campeão e de Tri - Campeão Açoriano. Foi o período de Ouro do Sport Clube Praiense.

Momento relevante da vida desta coletividade foi a inauguração da sede do Clube em 1984, no centro da Praia da Vitória, na Ladeira de São Francisco, onde até hoje está instalada a sede do Clube, onde, desde a sua inauguração, sempre se verificou uma forte dinâmica, promovendo-se variadíssimos eventos de âmbito social, cultural e desportivo de várias instituições e associações do Concelho da Praia da Vitória.

O percurso desta instituição nas competições locais e regionais de futebol é longo e permanente, quer ao nível do futebol sénior, quer ao nível do futebol de formação, ao longo das últimas décadas, com uma participação ininterrupta nos Campeonatos Organizados pela Federação Portuguesa, desde 1985.

Mais recentemente destacam-se a participação na primeira prova do Campeonato Nacional Sénior, na época de 2013/14, cinco participações no Campeonato Nacional da



2ª Divisão, e as restantes no Campeonato Nacional da 3ª Divisão, militando o Praiense há vários anos no Campeonato de Portugal.

Em 2008 e 2013 o Praiense conquistou os seus Títulos mais representativos, como Campeão Nacional da III Divisão.

Além da participação nos Campeonatos dos escalões em que está inserido, é de referir também a participação deste clube na Taça de Portugal, destacando-se dois confrontos com clubes de topo do futebol nacional, na época 2016-2017 onde defrontou o Sporting Clube de Portugal na quarta ronda da competição e na época 2018-2019 onde, também na quarta ronda, defrontou o Sporting de Braga, estando muito perto de empatar o jogo, sofrendo o 2-1 aos 89 minutos de jogo.

Além dos feitos desportivos no futebol sénior, é importante realçar o trabalho nos escalões de formação desta instituição, por onde passaram milhares de crianças e jovens praienses, onde se formaram como jovens atletas, mas sobretudo como cidadãos.

Atualmente, o clube tem em funcionamento todos os escalões de formação, desde os petizes e traquinas, até aos Juniores A, tendo nos escalões de sub-11 e sub-13 protocolo de cooperação com as Escolas de Formação do Sport Lisboa e Benfica.

De realçar ainda, uma vertente menos conhecida, é o facto de outras modalidades que não o futebol terem feito parte da história do Praiense, nomeadamente o Basquetebol, onde conquistou três títulos de Campeão Distrital, o Voleibol, o Futsal, o Andebol, a Natação, o Ciclismo e o Atletismo, todas elas extintas nos dias de hoje, mas que envolveram também muitas e muitos cidadãos na prática desportiva e no crescimento da dinâmica social desta instituição.

Nos 75 anos desta representativa instituição do Concelho da Praia da Vitória, impõe-se um agradecimento a todos os que contribuíram com o seu esforço e trabalho, nas mais variadas vertentes, para o sucesso desta coletividade e a afirmação de uma esperança renovada para manter o Praiense vivo e ativo no futuro.



Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe um voto de congratulação pelos 75 anos do Sport Clube Praiense.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais desta instituição, à Câmara Municipal da Praia da Vitória e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Praia da Vitória, 27 de dezembro de 2022

Os membros da Assembleia Municipal



Grupo de Cidadãos Eleitores “Esta é a Nossa Praia!”

VOTO DE CONGRATULAÇÃO 75 ANOS SPORT CLUBE PRAIENSE

No passado dia 14 de novembro o Sport Club Praisense completou 75 anos de vida. Estávamos no ano de 1947, e com a prática do futebol a crescer nos Açores, um grupo de jovens juntou-se para criar um clube de futebol na Praia da Vitória. Dentro do grupo aconteceram algumas desavenças dando azo à divisão, aparecendo assim dois clubes: os que ficaram com as camisolas vermelhas passaram a ser os “encarnados” da Praia e os outros tornaram-se os “Brancos”. Estava assim consumado o surgimento dos dois clubes de futebol da Praia da Vitória, o Sport Clube Praisense e o União Desportiva Praisense.

A história do Sport Clube Praisense pode ser contada em duas fases, a primeira que vai desde a sua fundação até à inauguração da sua sede atual em 1984 e o seu posterior ingresso na III Divisão Nacional de Futebol em 1985. Nas primeiras quatro décadas o Praisense foi implementando o seu futebol ao nível do concelho, de ilha e por fim no panorama futebolístico dos Açores. Por sua vez nos últimos 30 anos o Praisense afirmou-se a nível nacional, participando de forma ininterrupta nos campeonatos organizados pela Federação Portuguesa de Futebol. Até 1985 os jogos com equipas do continente apenas aconteciam no âmbito da taça de Portugal, sendo o Praisense muitas vezes o representante dos Açores. Neste período participou na primeira prova do Campeonato Nacional sénior, em 2013/14, com cinco participações no campeonato nacional da 2ª divisão e as restantes no campeonato nacional da 3ª Divisão. Em 2008 e 2013 o Sport Clube Praisense ganhou os seus títulos mais representativos, como campeão nacional da III divisão, tornando-se o primeiro clube a ingressar no então formado Campeonato de Portugal.

Nos últimos anos o Praisense mantém presença assídua no Campeonato de Portugal, com uma presença no Playoff de acesso aos Campeonatos Profissionais (2ª liga), com destaque ainda para uma presença na quarta eliminatória, tendo sido derrotado apenas pelo Sporting Club de Portugal, no Estádio José Alvalade.

Mas não só de futebol se fez o Praisense. Fazem parte da sua história modalidades como o Basquetebol que deu ao Praisense três títulos de Campeão Distrital, o voleibol,

o futebol de salão e o andebol. A natação, o ciclismo e o atletismo também proporcionaram títulos ao clube.

As célebres festas realizadas na sua esplanada hão de ficar para sempre na memória de quem as frequentou.

Pelos seus 75 anos de existência, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória congratula o Sport Club Praiense, os seus dirigentes, sócios e simpatizantes, e todos os que deram um pouco de si ao Clube.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do clube e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Fonte do Bastardo, Praia da Vitória, 27 de Dezembro de 2022.

Pelos membros do Grupo Municipal de Cidadãos Eleitores "Esta é a nossa Praia"


(Rita Borges Bettencourt)


(Bruno Borges)

Grupo Parlamentar do PSD/ CDS-PP

Voto de Louvor

A equipa de seniores masculinos de voleibol da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo conquistou no passado dia 1 de outubro a Supertaça Nacional de Voleibol masculino ao vencer por 3-1 o Sport Lisboa e Benfica, com os parciais de 21/25, 25/19, 25/22 e 25/19 em encontro disputado no Pavilhão Municipal de Santo Tirso.

A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo conta no seu historial a conquista de dois títulos de campeão nacional nas épocas de 2010/11 e 2015/16 e foi vencedora da taça de Portugal na época de 2012/13.

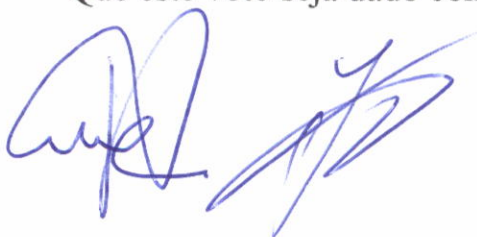
Com esta vitória completa-se a conquista dos principais troféus nacionais ao nível dos seniores masculinos de voleibol.

Felicitamos os órgãos sociais, equipa técnica, atletas, patrocinadores, sócios e simpatizantes por mais esta conquista histórica.

A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, que completou recentemente os 47 anos de vida (fundada a 21 de outubro de 1975) é uma referência incontornável ao nível desportivo, honrando a Fonte do Bastardo, a Praia da Vitória e os Açores.

O grupo parlamentar do PSD/CDS-PP, propõe a aprovação de um voto de louvor à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo pela brilhante conquista da supertaça de voleibol masculino.

Que este voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais desta instituição.



Fonte do Bastardo, 27 de dezembro de 2022



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Conquista da Supertaça em Voleibol Sénior Masculino pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo

No passado dia 1 de outubro a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo conquistou a Supertaça de Voleibol Sénior Masculino, no que se constitui como mais um grande feito deste clube no panorama desportivo nacional.

A Supertaça é o primeiro troféu oficial disputado da época. No Pavilhão de Santo Tirso, a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo impôs-se ao Campeão Nacional vencendo por 3-1 o Sport Lisboa e Benfica.

Desta forma, a Associação de Jovens da Fonte Bastardo junta ao seu palmarés, pela primeira vez, a Supertaça de Voleibol, juntando-a aos outros títulos nacionais já conquistados da Divisão A2, da Divisão A1, da Divisão de Elite A1 e da Taça de Portugal.

A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo é uma associação sem fins lucrativos, fundada a 21 de outubro de 1975, sediada na Freguesia da Fonte do Bastardo, no Concelho da Praia da Vitória. Tendo sido o principal objetivo da sua fundação o da promoção desportiva, cultural, recreativa e social da juventude em particular e do povo em geral da freguesia da Fonte do Bastardo, em muito essa fronteira já terá sido ultrapassada.

Esta coletividade é hoje uma referência no panorama desportivo nacional, na modalidade de voleibol, representando ao mais alto nível a Região Autónoma dos Açores nas competições nacionais e europeias.

Acresce ainda sublinhar que o projeto desportivo da Fonte do Bastardo não se resume à equipa de seniores masculinos de voleibol. A formação é também uma aposta forte deste Clube, quer pela prática desportiva regular que propicia a muitos jovens, pelas várias vitórias nas provas locais e regionais quer ainda pela chamada de jovens às seleções nacionais.



Além dos méritos desportivos, reconhece-se também o mérito pelo trabalho de âmbito social e educativo desenvolvido em prol da comunidade onde se insere, contribuindo assim para a formação integral dos muitos praticantes da modalidade enquanto atletas e enquanto cidadãos.

Saudamos, assim, esta instituição, os seus atletas, equipa técnica, órgãos sociais, patrocinadores, apoiantes e simpatizantes e todos aqueles que ao longo dos seus quase 50 anos de existência contribuíram para que fosse possível conquistar mais este importante título, a Supertaça de Voleibol masculino, primeiro título oficial da época, que muito honra a Região Autónoma dos Açores e em particular, ao Concelho da Praia da Vitória.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe um voto de congratulação pela conquista da Supertaça de Voleibol Sénior Masculino 2022 pela equipa de Voleibol da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo.

Que deste voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais desta instituição, à Federação Nacional de Voleibol, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Fonte do Bastardo.

Praia da Vitória, 27 de dezembro de 2022

Os membros da Assembleia Municipal



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Tiago Furtado, Campeão Mundial de Kickboxing

Tiago Furtado, atleta da ADREP - Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praiense, sagrou-se, ao serviço da Seleção Nacional, no passado mês de novembro, em Kemer, na Turquia, Campeão Mundial de Kickboxing da ISKA, na disciplina de +80Kg, júnior - K1-sparring.

Já com duas medalhas de ouro no seu palmarés, nos Campeonatos Nacionais de Kickboxing, junta agora, Tiago Furtado, a medalha de ouro no World Championship de Kickboxing, que decorreu entre 31 de outubro e 6 de novembro.

Este sucesso alcançado pelo atleta praiense, para além de ser o corolário do excelente trabalho que o seu clube, a ADREP, realiza nesta modalidade e pelos treinadores que o acompanharam é também a certeza de que, no concelho da Praia da Vitória, os Clubes e Associações Desportivas têm uma enorme importância no desenvolvimento desportivo dos jovens do concelho, permitindo, não só uma saudável prática desportiva, como o atingir de relevantes resultados, como aquele que brilhantemente Tiago Furtado atingiu.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe um voto de congratulação a Tiago Furtado, pela conquista do Título de Campeão Mundial de Kickboxing da ISKA, na disciplina de +80Kg, júnior - K1-sparring.

Que deste voto deve ser dado conhecimento ao atleta e seus familiares, à ADREP - Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praiense, à Federação Portuguesa de Kickboxing, à Direção Regional do Desporto e à Câmara Municipal da Praia da Vitória

Praia da Vitória, 27 de dezembro de 2022

Os membros da Assembleia Municipal



Grupo Partido Social Democrata

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Tiago Furtado – Campeão de Mundo de Kickboxing

Entre os dias 31 de outubro e 6 de novembro decorreu em Kemer, na Turquia, o Campeonato do Mundo de Kickboxing da International Sport Kickboxing Association. A Seleção Nacional Portuguesa concluiu a sua participação neste campeonato com 26 medalhas de ouro, 29 de prata e 16 de bronze, totalizando 71 subidas de Portugal ao pódio. A comitiva de atletas nacionais integrou 83 atletas, dos quais o atleta lajense Tiago Furtado.

Tiago Furtado, atleta da formação do núcleo de kickboxing da ADREP - Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praiense, sagrou-se campeão na disciplina do kickboxing K1-Sparring, numa das categorias mais pesadas (+80kg), ao vencer dois adversários da Alemanha.

Esta foi a primeira medalha de ouro, em provas internacionais, obtida por Tiago Furtado, na sua estreia na Seleção Nacional de Kickboxing e nos ringues.

Graças ao foco, motivação e o trabalho desenvolvido pelo atleta juntamente com o seu treinador Rui Ferreira foi possível alcançar o lugar mais alto do pódio num Campeonato do Mundo.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal reunida a dia 27 de dezembro de 2022 aprove um Voto de Congratulação ao jovem atleta lajense Tiago Furtado pela conquista do título de Campeão do Mundo de K1-SPARRING, +80 kg, na modalidade de Kickboxing.

Que do presente voto se dê conhecimento ao atleta e à Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praiense.